



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 112

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 112**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	04
Indicações	04
Requerimentos	05
Projeto de Resolução	21
Projetos de Lei	21
Projeto de Lei Complementar	28
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	29
Dep. Elza Correia	31
Dep. Elio Rusch	32
Dep. André Vargas	34
Grande Expediente:	
Dep. Antonio Anibelli	35
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	30
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	39
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	41
Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira	42
Liderança do Governo:	
José Maria Ferreira	43
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	45
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	46
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Proposição)	46
Redação Final	46
3ª Discussão	47
2ª Discussão	47
1ª Discussão	48

Discussão Única (Proposição) ...	49
Discussão Única (Indicação)	51
Requerimentos	52

Encerramento da Sessão Ordinária53**Publicações:**

Atas de Comissão:

Redação	53
Constituição e Justiça	54

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE OUTUBRO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Chico Noroeste, Duflío Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Accorsi, Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença neste Plenário, dos Vereadores Anacleto e Agenor Perón do município de São Miguel do Iguçu.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas vindas aos ilustres Vereadores.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 050/2005

Curitiba, 05 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Mateus do Sul, parte ideal do imóvel, que compreende uma área de 4.800,00m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, nos termos da Lei Municipal nº 513/73, conforme consta da Transcrição das Transmissões sob nº 24.469, do Livro 3-X, do Registro de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul, observando-se a seguinte descrição: ao norte, confronta do ponto 01 ao ponto 02 com a rua Pedro Effco por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'SE; ao sul, confronta do ponto 03 ao 0=PP com a rua Dona Estefânia por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'NO; ao leste confronta do ponto 02 ao ponto 03 com o terreno da Escola Municipal Pedro Effco por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'SO e a oeste confronta de 0=PP ao ponto 01 com a rua João Gabriel Martins por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'NE.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses públicos, eis que ensejará retorno da objetivada área ao patrimônio do Município de São Mateus do Sul que a utilizará para ampliação das instalações da unidade escolar municipalizada nela existente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, a título gratuito, ao Município de São Mateus do Sul, parte ideal do imóvel, que compreende uma área de 4.800,00m², de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, nos termos da Lei Municipal nº 513/73, conforme consta da Transcrição das Transmissões sob nº 24.469, do Livro 3-X, do Registro de Imóveis da Comarca de São Mateus do Sul, observando-se a seguinte descrição: ao norte, confronta do ponto 01 ao ponto 02 com a rua Pedro Effco por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'SE; ao sul, confronta do ponto 03 ao 0=PP com a rua Dona Estefânia por uma distância de 48,00 metros e rumo de 71°30'NO; ao leste confronta do ponto 02 ao ponto 03 com o terreno da Escola Municipal Pedro Effco por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'SO e a oeste confronta de 0=PP ao ponto 01 com a rua João Gabriel Martins por uma distância de 100,00 metros e rumo de 18°30'NE.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 051/2005

Curitiba, 05 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva, nos termos do artigo 10, da Constituição Estadual, autorizar o Poder Executivo a efetuar Cessão de Uso, ao Município de Lobato, do Imóvel de propriedade do Estado, conforme transcrição das Transmissões nº 2.459, Livro 3-A, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga, constituído da data de terras nº 07, quadra 18, com área total de 618,70 m², na qual existe edificação com 218,67 m², na avenida Valdemar Galdino da Silva, nº 48, na sede do referido Município.

O plano de lei referência consulta aos interesses da administração e da sociedade, pois o cessionário irá utilizar o objetivado imóvel, exclusivamente, no desenvolvimento de atividades públicas da municipalidade.

Vale ressaltar que no texto do dispositivo legal ora proposto, figuram definições quanto ao prazo de vigência e possibilidade de prorrogação de tal cessão, bem como prevendo retomada caso haja desvirtuamento da utilização estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar Cessão de Uso, ao Município de Lobato, do Imóvel sob Transcrição das Transmissões nº 2.429, Livro 3-A, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga, constituído da data de terras nº 07, quadra 18, com área total de 618,70 m², na qual existe edificação com 218,67 m², na avenida Valdemar Galdino da Silva, nº 46, no Município de Lobato.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei deverá ser utilizado, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades da administração pública municipal, podendo, a qualquer tempo, ser retomado em caso de desvirtuamento desse objetivo.

Art. 3º Esta cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC/168/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, o Projeto de Lei nº 308/2005.

Sob o nº 785/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre recapeamento da rodovia que dá acesso a Miraselva. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 276/2005, do Sr. Maurício Vitor de Souza - Chefe de Gabinete da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre movimentação no Porto de Paranaguá das cargas importadas e exportadas. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 801/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre obras, programas e ações realizadas nos municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 1140/2005, do Sr. Paulo Roberto Trompczynski, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre valor do prêmio pago pela Copel junto à Interbrasil Seguros S/A. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 10 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data farei parte da Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis.

(a) GERALDO CARTÁRIO

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 10 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Requeiro ao Plenário que seja aprovado na forma regimental, que o Deputado Elton Carlos Welter, Presidente do Bloco Agropecuário, represente esta Casa na abertura da Expo Toledo, a ser realizada no dia 10 de outubro de 2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Indicações

INDICAÇÃO Nº 057/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva; e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - a estadualização da estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A incidência de tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta em desgaste excessivo na malha rodoviária e em especial neste trecho. Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção, beneficiando a muitos municípios.

A conservação pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem destes 23 quilômetros de extensão, aliviará os gastos municipais cujos recursos estão aquém do ônus gerado para sua manutenção.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada, toda a malha rodoviária restante da região será beneficiada.

Assim, as localidades possuiriam um maior número de investimentos privados e crescimento econô-

mico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO Nº 058/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que segue:

I - sugere-se que seja substituída a denominação do termo “aluno” por “educando”, em todos os registros e documentos do Setor de Educação Estadual e dos Municípios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo substituir o termo “aluno” por “educando”, em todos os registros, documentos e na sua denominação pelo Setor de Educação Pública dos Municípios e do Estado do Paraná.

O termo “aluno” ingressou na língua portuguesa no ano de 1572, conforme fontes de datação e etimologia (A. G. Cunha, Índice Analítico do Vocabulário de “Os Lusíadas”, 1572, 1ª edição, 3º volume, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966).

O conceito de “aluno” é: “pessoa de parco saber em determinada matéria, ciência ou arte e que precisa de orientação e ensino”, conforme dicionário (Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 173).

A palavra *alumni*, que vem do latim, significa “sem luz”, o que torna o uso contínuo do termo “aluno”, pejorativo e depreciativo, não só pelos professores da área educacional, mas também, pelos “educandos” paranaenses.

Já o conceito latinizado de *alumni*, significa “criança do peito”, conforme fontes de datação e etimologia (Dicionário Escolar Latim-Português. Org. Ernesto Faria. 2ª ed. Manual da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1956, p. 61. (Cícero Verrinas)

Só o uso do termo “aluno” não reflete, nos dias de hoje, o que realmente pretende expressar, pois pessoas que estudam em cursos de graduação e pós-graduação, já não são mais consideradas alunos, mas sim universitárias, o que enfraquece ainda mais o seu uso no meio acadêmico.

Nos dias de hoje, o uso da palavra “aluno”, passa a conotação social que apenas engloba crianças e no máximo os jovens que estudam até o segundo grau.

O termo “educando” originou-se do latim *educandu*, e seu conceito é “aquele que está sendo educado”, conforme o dicionário (Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1101).

A palavra “educando” ingressou na língua portuguesa muito depois de “aluno” somente no ano de 1813, conforme fontes de datação e etimologia (RB - Rafael

Bluteau, Vocabulário Português e Latino, vol. 8, Coimbra, 1712).

O Dr. Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros com reconhecimento internacional de seus trabalhos educacionais, é o precursor em utilizar o termo “educando” e não “aluno”.

A mudança ora pretendida, veio como clamor de pais, “educandos” municipais e estaduais, professores municipais e estaduais, bem como os órgãos de classes dos pais e professores deste Estado.

Atualmente, em todas as áreas educacionais deste país, já é utilizado pela maioria esmagadora dos professores municipais e estaduais, o “educando” em vez de “aluno”.

São esses os motivos de ordem histórica, social, cultural e educacional, pelos quais sugere-se a substituição do termo “aluno” por “educando”.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3181

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3106

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o Grande Expediente do dia 07 de novembro de 2005 para o lançamento da Campanha de Combate ao Câncer de Mama, promovida pela Associação Amigas da Mama, bem assim para lembrar o Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher, que serão levados a efeito no dia 27 de novembro próximo.

A Associação Amigas da Mama vem desenvolvendo projeto de prevenção do câncer de mama, que merece o reconhecimento desta Casa de Leis. No dia 27 de novembro a Associação vai vestir a cidade de Curitiba de laços cor-de-rosa. Vários municípios já aderiram à campanha. Maringá também receberá os laços, lembrando a importância de conscientizar as mulheres sobre a gravidade do problema.

Em razão da vida que levam hoje, a cada dia mulheres mais jovens acabam sofrendo de câncer de mama. Dessa forma, fundamental é lembrar às mulheres da importância da medida preventiva, que é o auto-exame.

O dia 27 de novembro marca ainda o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Nessa oportunidade, a signatária, na condição de Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, lembrará a importância no engajamento deste Parlamento para a aprovação do Projeto de Lei Federal 4559/2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja autorizado a realização do Seminário de Educação Infantil, no dia 22 de novembro de 2005, a partir das 8h30.

Na oportunidade, solicitamos o plenário desta Assembléia para a realização do evento.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 3123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 621/2005 de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a proibição da comercialização de brinquedos, com características iguais ou assemelhadas às armas de fogo, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 621/2005, que dispõe sobre a proibição da comercialização de brinquedos, com características iguais ou assemelhadas a armas de fogo, no Estado do Paraná e dá outras providências, tendo em vista a existência da Lei nº 11.097, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 567/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3082

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Izabel Apolinari Sales, ocorrido em 07 de outubro do corrente, em Japurá, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 08 de outubro, da Senhora Bárbara de La Cruz Quintana, aos 18 anos, estudante, filha do Sr. Paulo de La Cruz Quintana e Sra. Deonice Quintana.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro de Bortolli, Presidente do PDT e ex-Vereador de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Issamu Nagai, morador do Município de Tamarana, ocorrido no dia 04/10/2005.

Solicito comunicar à família a decisão da Casa no endereço: rua Arlindo Pereira de Araújo, 307 - Tamarana - CEP: 86125-000.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada do Município de Tamarana.

REQUERIMENTO Nº 3120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgar Antonio Zacarias Ferreira, no Município de Morretes. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neli de Lourdes Stochero Passos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Pedro de Bortoli, ocorrido na última sexta-feira.

Advogado, ex-Vereador e Presidente do PDT em Campina Grande do Sul, o Dr. Pedro de Bortoli foi fundador da Rede Cupim de postos de gasolina, deixando inúmeros familiares, amigos e companheiros, que o lembrarão com muita saudade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento

do Sr. Sérgio Vieira dos Santos, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Lobato/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Eliane Aparecida Palhares dos Santos, enviando correspondência à avenida Rocha Pombo, 221, CEP: 86.790-000 - Lobato/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Sr. Sérgio Vieira dos Santos causou grande consternação à população lobatense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos que a vida não cessa, e a morte para os cristãos significa o recomeço de uma nova vida, o encontro com Deus, em Sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem suas verdades e a única certa até então, é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que o Sr. Sérgio está integrado à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza de sua partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 3133

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Cardoso Azevedo.

Requer que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Dr. José Cardoso Azevedo, nasceu na Bahia e chegou ao Paraná aos dois anos de idade. Iniciou a vida no Município de Andirá, empregando-se como auxiliar agrícola na formação de fazendas de café do Norte Pioneiro, sendo mais tarde vendedor de uma pequena loja de materiais de construção.

Com a instalação do Ginásio Estadual na cidade, pela falta de alunos foi inscrito para completar o corpo discente, para que o mesmo pudesse funcionar. Semi-analfabeto, brincava que perdera os cabelos para poder acompanhar o antigo ginásial.

Concluindo o curso, dirigiu-se a Curitiba, vindo a ter com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Guataçara Borba que o empregou.

Na Assembléia trabalhou por muito tempo fazendo a Ordem do Dia. Prestou vestibular, sendo aprovado na Universidade Federal onde formou-se médico e especializou-se em cirurgia plástica de queimados. Fez parte do corpo clínico da Assembléia, no Serviço de Assistência Social, ocupando o cargo de Coordenador do Serviço Médico, até a sua aposentadoria.

Continuou trabalhando no Hospital Evangélico, onde foi chefe do serviço de queimados. Foi professor de Cirurgia Plástica e Membro Presidente da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica.

Em Andirá lhe foi concedido o título de Cidadão Benemérito, e na Assembléia Legislativa o título de Cidadão Honorário do Paraná, através da proposição dos Deputados Algaci Túlio, Ricardo Chab, Hermas Brandão e outros. Infelizmente com o precoce passamento, não lhe foi entregue.

No dia 07 de outubro de 2005 abriu-se uma lacuna nos nossos corações e também no dos pacientes pobres que atendeu, graciosamente, durante muitos anos.

REQUERIMENTO Nº 3136

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do professor Dr. Marcos Henrique Broietti, pelo seu falecimento ocorrido no final da tarde de ontem (16 de outubro de 2005).

Marcos Henrique Broietti foi um dos mais destacados dirigentes da Apeart (Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário), em Londrina, tendo exercido o cargo de Presidente desta entidade nos anos de 1999 e 2000. Mestre e doutor em Geografia, lecionava em Francisco Beltrão e era reconhecido como um dos mais qualificados docentes na sua área de atuação. Sua morte precoce, aos 32 anos, vítima de um acidente automobilístico, quando vinha de Guarapuava com destino a Londrina, deixa uma lacuna na educação paranaense e na história de luta da Apeart.

Pela sua destacada atuação à frente da Apeart e pela sua dedicação na nobre missão de educador, peço a meus Pares apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à família do professor, no endereço a seguir: Rua João Ramalho, 494 - Jardim Sabará - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Zequini.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do soldado militar Sinésio de Freitas, no último dia 10. O Soldado atuava há 16 anos no 5º Batalhão em Londrina.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Issamu Nagai, morador do Município de Tamarana, ocorrido no dia 04/10/2005. Solicito comunicar à família a decisão da Casa no endereço: rua Arlindo Pereira de Araújo, 307 - Tamarana - CEP: 86125-000.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada do Município de Tamarana.

REQUERIMENTO Nº 3120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgar Antonio Zacarias Ferreira, no Município de Morretes. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neli de Lourdes Stochero Passos, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Pedro de Bortoli, ocorrido na última sexta-feira.

Advogado, ex-Vereador e Presidente do PDT em Campina Grande do Sul, o Dr. Pedro de Bortoli foi fundador da Rede Cupim de postos de gasolina, deixando inúmeros familiares, amigos e companheiros, que o lembrarão com muita saudade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio Vieira dos Santos, ocorrido no dia 11 do corrente mês, no Município de Lobato/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Eliane Aparecida Palhares dos Santos, enviando correspondência à avenida Rocha Pombo, 221, CEP: 86.790-000 - Lobato/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Sr. Sérgio Vieira dos Santos causou grande consternação à população lobatense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos que a vida não cessa, e a morte para os cristãos significa o recomeço de uma nova vida, o encontro com Deus, em Sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem

suas verdades e a única certa até então, é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que o Sr. Sérgio está integrado à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza de sua partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 3133

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Cardoso Azevedo.

Requer que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Dr. José Cardoso Azevedo, nasceu na Bahia e chegou ao Paraná aos dois anos de idade. Iniciou a vida no Município de Andirá, empregando-se como auxiliar agrícola na formação de fazendas de café do Norte Pioneiro, sendo mais tarde vendedor de uma pequena loja de materiais de construção.

Com a instalação do Ginásio Estadual na cidade, pela falta de alunos foi inscrito para completar o corpo discente, para que o mesmo pudesse funcionar. Semi-analfabeto, brincava que perdera os cabelos para poder acompanhar o antigo ginásial.

Concluindo o curso, dirigiu-se a Curitiba, vindo a ter com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Guataçara Borba que o empregou.

Na Assembléia trabalhou por muito tempo fazendo a Ordem do Dia. Prestou vestibular, sendo aprovado na Universidade Federal onde formou-se médico e especializou-se em cirurgia plástica de queimados. Fez parte do corpo clínico da Assembléia, no Serviço de Assistência Social, ocupando o cargo de Coordenador do Serviço Médico, até a sua aposentadoria.

Continuou trabalhando no Hospital Evangélico, onde foi chefe do serviço de queimados. Foi professor de Cirurgia Plástica e Membro Presidente da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica.

Em Andirá lhe foi concedido o título de Cidadão Benemérito, e na Assembléia Legislativa o título de Cidadão Honorário do Paraná, através da proposição dos Deputados Algaci Túlio, Ricardo Chab, Hermas Brandão e outros. Infelizmente com o precoce passamento, não lhe foi entregue.

No dia 07 de outubro de 2005 abriu-se uma lacuna nos nossos corações e também no dos pacientes pobres que atendeu, graciosamente, durante muitos anos.

REQUERIMENTO Nº 3136

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do professor Dr. Marcos Henrique Broietti, pelo seu falecimento ocorrido no final da tarde de ontem (16 de outubro de 2005).

Marcos Henrique Broietti foi um dos mais destacados dirigentes da Apeart (Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário), em Londrina, tendo exercido o cargo de Presidente desta entidade nos anos de 1999 e 2000. Mestre e doutor em Geografia, lecionava em Francisco Beltrão e era reconhecido como um dos mais qualificados docentes na sua área de atuação. Sua morte precoce, aos 32 anos, vítima de um acidente automobilístico, quando vinha de Guarapuava com destino a Londrina, deixa uma lacuna na educação paranaense e na história de luta da Apeart.

Pela sua destacada atuação à frente da Apeart e pela sua dedicação na nobre missão de educador, peço a meus Pares apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à família do professor, no endereço a seguir: Rua João Ramalho, 494 - Jardim Sabará - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Zequini.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do soldado militar Sinésio de Freitas, no último dia 10. O Soldado atuava há 16 anos no 5º Batalhão em Londrina.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Gomercindo Camilo Biava, ocorrido no dia 13 de outubro p.p., no Município de Salto do Lontra/PR

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Neli de Oliveira Biava, enviando correspondência à Rua Manoel Eufrásio, 650 - Ap, 22 - Bl. B4, Cep 80.540-010 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói e que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre de Gomercindo como bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

Porém, como a vida é uma passagem, ele cumpriu sua missão e nos deixou, mas ficam as sementes de amor que espalhou por onde passou, que com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos.

A vida não é marcada pela quantidade de anos vividos. Ela deve ser vista pela forma como cada um, dentro das suas capacidades, pode e sabe viver plenamente cada momento.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe Gomercindo em Sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de uma grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 3175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mário Cerutti, empresário do ramo de cerâmica no Município de Ortigueira, aos 51 anos.

Mário Cerutti foi morto de forma violenta dentro de sua empresa, na última quarta-feira, às margens da BR-376, deixando consternados e revoltados inúmeros familiares, amigos e companheiros, que o lembrarão com muito saudade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3178

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, o registro de votos de profundo pesar à Sra. Maria de Lurdes Polizelli Nonciboni, pelo falecimento de seu esposo, Sr. Santo Nonciboni, ocorrido na data de 16.10.2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família da Sra. Maria de Lurdes Polizelli Nonciboni, residente na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, Fone (0**44) 3252-4704, à Rua Paraná, nº 289, CEP 87.600-000.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, da Sra. Sebastiana Vanzella, aos 68 anos, ocorrido ontem na cidade de Bom Sucesso, viúva de Nahur Vanzella, pioneiros e fundadores da progressista cidade. Dona Sebastiana era mãe de dois ex-prefeitos de Bom Sucesso, José Edno Vanzella e José Edílson Vanzella. Era conhecida pelo trabalho que desenvolveu frente à assistência social e pelo trabalho voluntário na comunidade onde vivia. Seu falecimento deixou consternados inúmeros familiares, amigos e companheiros, que a lembrarão com muita saudade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência a família enlutada. Rua Nahur Vanzella, 506 - Centro - Bom Sucesso - Paraná - CEP 86.940-000.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3097

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Médico Neurologista Paulo Rogério M. de Bittencourt, enviando-lhe voto de congratulações, em razão do destaque internacional alcançado com a utilização de método pioneiro para tra-

tar doenças inflamatórias e imunológicas, com a mobilização de células-tronco.

Na semana do dia três de outubro de 2005, o Dr. Paulo Bittencourt apresentou em Newport Beach, em Los Angeles, os resultados iniciais do tratamento de mobilização de células-tronco realizado nos primeiros 14 casos de pacientes com doenças inflamatória e imunológicas, a maioria com esclerose múltipla.

Pioneiro internacional desta forma de tratamento, o Dr. Paulo Bittencourt esteve em reunião fechada, discutindo os detalhes de vários tratamentos celulares, com representantes de equipes que fazem trabalho semelhante na Europa, Estados Unidos e Canadá.

Em razão do tratamento mencionado causar poucas complicações, essa primeira apresentação dos resultados curitibanos está gerando muita expectativa internacional.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3105

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviando voto de congratulações ao Sr. Frank Silva, Diretor-Proprietário do jornal "O Diário do Norte do Paraná", com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão da filiação do jornal ao IVC - Instituto Verificador de Circulação.

Até setembro de 2005, o jornal O Diário divulgava circulação de 18.126 exemplares aos domingos e 15.209 durante a semana. Através da filiação ao IVC, a instituição comprovou possuir número ainda maior de exemplares vendidos, com 18.894 aos domingos e 15.718 durante a semana.

O trabalho sério realizado pelo jornal O Diário e a confiança da população maringense, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3107

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviando voto de congratulações ao Coral Bocaloca, do Centro de Ação Cultural de Maringá, com votos extensivos à cantora Maria Madalena, à professora Fátima Aparecida Desiê Fonzar e ao músico Vicente Henrique Neves.

O coral conta com a participação de pessoas de 6 a 87 anos de idade e vem percorrendo a região de Maringá, levando cultura e entretenimento à população.

Muitos participantes do coral moram na periferia da cidade de Maringá e iniciaram a experiência musical através de curso do Centro de Ação Cultural de Maringá.

“A música pode contagiar de uma vez, à vezes aos poucos; isso não importa. Impossível é não percorrer uma linda canção em uma belíssima voz”.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3112

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar para registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações ao arquiteto Arlen Güttges, da cidade de Marechal Cândido Rondon, PR, pelo recebimento do prêmio “Júnior Novato Mais Destacado do Brasil”, durante a 51ª Convenção da Junior Chamber do Brasil, em Florianópolis, dia 24 de setembro último.

Não poderia ser outra senão esta atitude da Junior Chamber do Brasil, ao reconhecer neste jovem, as ações e feitos pujantes em tão curto tempo de afiliação.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso ao congratulado, via correspondência, a ser remetida à Rua Espírito Santo, 777 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3113

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações à diretoria e membros da JCI de Marechal Cândido Rondon, pela conquista do prêmio Capítulo 100% do Brasil durante a 51ª Convenção Nacional da Junior Chamber do Brasil, em Florianópolis, dia 24 de setembro último.

Não poderia ser outra senão esta a atitude da Junior Chamber do Brasil, ao reconhecer este Capítulo como o melhor do País, de vez que cumpriu todas as metas e os objetivos pré-estabelecidos.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso ao Capítulo congratulado, via correspondência a ser remetida à sua Presidente, Sra. Eda Bekendorf, Caixa Postal 165, CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3114

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações ao empresário Elonir José Kochen, da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, pela sua eleição como

Vice-Presidente do Senado da Junior Chamber do Brasil, durante a 51ª Convenção Nacional da organização, em Florianópolis, dia 24 de setembro último.

Não poderia ser outra senão esta a atitude da Junior Chamber do Brasil, conferindo-lhe a responsabilidade de um cargo à altura de seus méritos e de sua capacidade.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso ao congratulado, via correspondência a ser remetida à rua Sete de Setembro, 1099 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3115

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações ao jovem Gilson Metz, da cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, pela conquista do prêmio Presidente mais Destacado do Brasil na 51ª Convenção Nacional da Junior Chamber International (JCI), em Florianópolis, dia 24 de setembro último, pelo desenvolvimento de seus trabalhos.

Antes, em maio deste ano, já havia conquistado o prêmio de Presidente mais Destacado das Américas, pelo mesmo motivo.

No evento na capital catarinense, Gilson Metz também foi eleito como Vice-Presidente executivo internacional da organização juniorística mundial. Não poderia ser outra senão esta a atitude da Junior Chamber do Brasil, conferindo-lhe a responsabilidade de um cargo à altura de seus méritos e de sua capacidade.

No próximo dia 21 de outubro, o ilustre junior e mais três companheiros da JCI de Marechal Cândido Rondon embarcam para Viena, capital da Áustria onde, no Congresso Mundial da JCI, concorre ao laurel de presidente mais destacado do mundo.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo sucesso ao congratulado, via correspondência, a ser remetida à rua D. João VI, 565 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3144

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito de São Jorge do Ivaí, Exmo. Sr. Milton Muzulon, em razão do lançamento da Campanha de Prevenção do Câncer de Mama e Colo do Útero, com votos extensivos à Secretaria de Saúde do Município, através do Secretário

Carlos Alberto Guimarães, porque esse Município cumpre a missão de atuar na promoção da saúde da mulher.

A idéia da Prefeitura é inédita, corajosa e inovadora, porque todas as mulheres da cidade estão sendo convidadas a participar. Receberão orientações por escrito e farão uma consulta. Todas as mulheres de quarenta a sessenta anos farão uma mamografia e receberão o atendimento necessário, no caso de identificação de algum problema.

Este é o trabalho de efetivo rastreamento do câncer de mama e do colo do útero e a iniciativa merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa e ser conhecido de todos os prefeitos do Paraná.

Os exames de mamografia são feitos através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amusep, o Cismusep e o exame preventivo (Papanicolau) está sendo feito pelo Município. A parceria com o Cismusep permitiu operacionalizar os exames a preços no padrão SUS, com atendimento de qualidade particular.

Para fazer a campanha o Município fez investimento com recursos próprios, em parceria com o Cismusep. Sem a intervenção e iniciativa do Poder Público, a grande maioria das mulheres que vivem nos pequenos municípios não têm recursos para realizar a prevenção com a mamografia e o exame Papanicolau.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3145

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar, para que sejam registradas nos Anais da Sessão de hoje, efusivas congratulações ao Comando do 20º Batalhão de Infantaria Blindado, nesta Capital, pelo transcurso do sexagésimo terceiro aniversário de criação do Batalhão, em comemoração neste mês de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão de votos de regozijo e apreço ao Comando da Unidade Militar a ser homenageada, na pessoa do seu ilustre Comandante, Ten. Cel. Ernani Lunardi Filho, e por extensão a seus comandados, via correspondência a ser encaminhada à Avenida Erasto Gaertner, 598 - Bacacheri - CEP 82510-160, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, de votos de congratulações aos organizadores e participantes da 15ª Festa da Primavera - Haru Matsuri, pelo sucesso do evento levado a efeito de 14 a 16 do corrente mês, no Museu Oscar Niemeyer.

Que esses votos sejam extensivos à Sociedade Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, promotora do evento e grande incentivadora da preservação da cultura japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER a inserção nos Anais desta Casa de votos de congratulações à equipe infantil de softball da Associação Cultural e Esportiva de Maringá, pela brilhante conquista do título de campeã da modalidade.

Que esses votos sejam extensivos a atletas, comissão técnica, dirigentes e incentivadores pelo trabalho desenvolvido em favor do softball de Maringá e região.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3160

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subscreve, REQUER, nos termos do artigo 131, parágrafo 1º, incisos III e V do Regimento Interno, que se registre nos Anais desta Casa um voto de congratulação à população da comarca de Ribeirão do Pinhal pela construção de uma Unidade da Polícia Militar do Paraná.

Requeiro que desta manifestação dê-se ciência aos Srs. Prefeitos de Ribeirão do Pinhal, Moacir Ribeiro Lataliza; de Abatiá, Irton Oliveira Muzel; de Jundiá do Sul, Joel Marciano Rauber; à Dra. Ângela Tonetti Biazus; à Dra. Kele Cristiani Diogo Bahema; aos Srs. Presidentes das Câmaras de Ribeirão do Pinhal, Ayres Antoninho Gallina; de Abatiá, Jean Kleuber Novaes Sá Teles; de Jundiá do Sul, Natalino Aparecido Leite, e ao Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, professor Reginaldo Terra.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A ação conjunta das comunidades de Abatiá, Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal para a construção da unidade da Polícia Militar foi, sem qualquer dúvida, um exemplo de seu espírito comunitário.

Além disso, mostra o desprendimento e o reconhecimento público de que a segurança não é responsabilidade exclusiva do Estado, mas exige a participação da sociedade na busca das soluções de seus problemas.

Registra-se, também, a iniciativa e a liderança das Exmas. Juíza de Direito, Ângela Tonetti Biazus e Promotora de Justiça, Kele Cristiani Diogo Baena e do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, professor Reginaldo Terra, na condução de todos os trabalhos exigidos para que a obra chegasse ao seu termo. Não menos

importante foram as ações dos prefeitos municipais e das câmaras de vereadores para tanto.

Por tais razões entendemos que a melhor forma de reconhecer essas ações, é registrar nos Anais desta egrégia Assembléia o voto de congratulação a todos que colaboraram para a referida obra.

Pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa, para nossa proposição.

REQUERIMENTO Nº 3161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antônio Olinto pelo transcurso, no próximo dia 24 de outubro, de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Rogério Milléo, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antônio Olinto.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Antônio Olinto, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

Antônio Olinto, é um município que não é meu e nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor dessa terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente o município de Antônio Olinto pela passagem de mais um aniversário de fundação, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um Município em permanente transformação.

Acreditamos que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e o sentimento de grandeza nos momentos de crises e tensões, fazem parte da arte da

ciência política, colaborando de forma imprescindível para o completo desenvolvimento do Município.

Está de parabéns a população de Antônio Olinto na significativa data de 24 de outubro, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e este Parlamentar, cumprimentam efusivamente a população do referido Município, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações e aplausos à direção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e em especial à diretoria da Unidade/Pato Branco, parabenizando pela transformação do Centro em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Do aprovado requer ainda, que se dê ciência à professora e atual diretora do Cefet Unidade/Pato Branco, Tangriani Simioni Assmann, através de correspondência ao endereço: Via do Conhecimento, km 01, CEP: 85.503-390 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCI

JUSTIFICATIVA:

A mudança do Centro Federal de Educação Tecnológica para Universidade Tecnológica era uma reivindicação antiga da direção do Cefet, professores, alunos e toda comunidade envolvida.

A conquista aumentará as possibilidades de fazer parcerias com empresas que fazem fomento para pesquisa, ensino e extensão, atraindo mais alunos para o campus, em especial para a região Sudoeste do Paraná, que tem nas unidades de Pato Branco e de Dois Vizinhos uma instituição singular em qualidade de ensino.

O Cefet torna-se assim a segunda Universidade do Paraná e a primeira do País a receber o título de Universidade Tecnológica. O processo de transformação do Cefet-PR em Universidade começou em setembro de 2004, quando o projeto de lei chegou à Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal há cerca de um mês.

O Cefet-PR existe há 96 anos e atualmente oferece cursos de ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). São 13.500 alunos regulares, 1.330 professores e 580 técnicos-administrativos, distribuídos em unidades em Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Dois Vizinhos e Cornélio Procopio.

REQUERIMENTO Nº 3166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à empresa Sigma Sound Car - pelo seu 10º aniversário que ocorreu no dia 05 de setembro do corrente ano.

Favor enviar correspondência ao Sr. Mário Ferreira no seguinte endereço: Rua Winston Churchill, 600 - Capão Raso - CEP: 81130-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo pelo 93º aniversário do Corpo de Bombeiros da PMPR, a ser realizado no dia 07 de outubro do corrente ano.

Requer que do presente se dê ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Mário Yoshio Waco, à Rua Nunes Machado, nº 100, Centro - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ADEMAR BIER

REQUERIMENTO Nº 3085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo aos novos acadêmicos titulares da Academia Paranaense de Medicina, Dr. Acelino Corrêa Bueno Filho, que ocupará a cadeira 53, e Dr. Mário Lins Peixoto, que ocupará a cadeira 55, em solenidade realizada no último dia 11 de outubro de 2005, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados, A/C da Associação Médica do Paraná, à Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Seno Cláudio Lunkes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Raul Gilberto Fulgêncio.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cícero Augusto da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Padre Aldino Rodrigues da Silva, pelos excelentes serviços prestados na área religiosa, à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de regozijo à Sra. Iara Lúcia Guimarães (proprietária da Turis New Agência de Viagens e Turismo), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Eugênio Zaniratto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Alberto Esper Kallas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3138

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede moção de louvor à OAB-Paraná, na pessoa do seu Presidente, Manoel Antônio de Oliveira Franco, e aos organizadores e autores do livro “Repensando o Direito do Consumidor”, publicado em comemoração aos quinze anos do Código de Defesa do Consumidor, promulgado no Brasil em 1990. “Repensando o Direito do Consumidor”, é o livro organizado pelos advogados Marcelo Conrado e Aldaci Capaverde.

Seja o louvor compartilhado com Manoel Antônio de Oliveira Franco, Marcelo Conrado, Aldaci Capaverde, Luiz Edson Facchin, Hildegard Giotri, Fernando Motta, Karine Guelmann, William Castilho, juiz Sérgio Arenhart, Eroulth Cortiano Jr., Taís Venturi, Antônio Carlos Efig, Clayton Reis, Teresa Wambier, Luís Gustavo Pinto, Mônica Milani, Sônia Domingues, Alex Branchier, Renê Pache, através do envio de cópia deste requerimento à Diretoria da OAB-Paraná: Rua Cândido Lopes, 146, 11º andar - CEP: 80.020-060 - Curitiba-PR - (41) 3017-5000 - presidência@oabpr.org.br.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Por abordar novos direitos, novos deveres, é um livro importante. O Presidente da OAB-Paraná, Manoel Antônio de Oliveira Franco, marca ponto. Ele e os autores, mais os organizadores da antologia, merecem aplauso.

Luiz Edson Facchin compara o Código do Consumidor com o novo Código Civil.

Hildegard Giotri aborda relações de responsabilidade entre médicos, hospitais e consumidores. Fernando Motta, Karine Guelmann e William Castilho fazem reflexões sobre internet. Cortiano Jr. e Taís Venturi falam de CDs com dispositivo anti-cópias e tripla violação dos direitos do consumidor. O juiz Sérgio Arenhart escreve sobre as “Relações de Consumo e o Ônus da Prova”. Antônio Carlos Efig fala sobre a “Revisão Contratual, à luz do Código de Defesa do Consumidor” e do novo Código Civil. Clayton Reis escreve sobre o “Dano Moral das Relações Consumeiristas”. Teresa Wambier ensina sobre “Litispêndência em Ações Coletivas”. Luís Gustavo Pinto, Marcelo Conrado, Mônica Milani e Sônia Domingues abordam a “Lei da Biossegurança e o Direito de Informação”. Aldaci Capaverde, Alex Branchier e Renê Pache falam da “Telefonia Fixa e os Direitos do Consumidor”.

REQUERIMENTO Nº 3174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, moção de apoio à iniciativa da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná, no sentido de darem início ao movimento nacional de enfrentamento definitivo para reajuste adequado das tabelas do Sistema Único de Saúde.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Sr. Charles London, Presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná sito à rua Pe. Anchieta, nº 1691 - sala 505 - Champagnat - CEP: 80.730-000 - Curitiba-PR - Fone: (41) 3027-5036 e ao Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios - bloco G - Brasília-DF - CEP: 70.058-900.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Barbosa Neto e Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 3096

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos a implantação de Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucrias nos municípios-pólo, haja vista que esse órgão só funciona em Curitiba e Foz do Iguaçu.

A violência contra a criança e o adolescente só poderá ser reduzida com a criação de estrutura adequada para o devido acolhimento e tratamento dessas pessoas e respectivas famílias. O tratamento sistêmico, possível

com a cooperação entre o Nucria, as Delegacias da Mulher, as Casas Abrigo e os Centros de Referência.

Não há milagre nas civilizações mais desenvolvidas, há sim investimento nas crianças e nos adolescentes. Com o tratamento desses núcleos familiares doentes, busca-se evitar que novas gerações sejam perdidas por falta de oportunidades e para a marginalidade.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3098

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando do mesmo a criação de varas criminais especializadas em violência contra a mulher, a criança e o adolescente.

No Brasil, e o Paraná não é diferente, a pobreza tem um rosto feminino. Mais de 30% das famílias brasileiras têm mulheres na condição de chefes de família. Essas mulheres e respectivos filhos sofrem violência e na maioria das vezes não se sentem protegidas em razão do preconceito e da banalização dos crimes cometidos no seio da família.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, de autoria do Poder Executivo, com a relatoria da Deputada Jandira Feghali, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal. Segundo a justificativa da matéria, a necessidade de se criar uma legislação que coíba a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista tanto na Constituição como nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no cotidiano da mulher brasileira.

São indiscutíveis os obstáculos sociais impostos às mulheres de baixa renda que sobrevivem sob o mando do homem provedor, bem como a necessidade de reforçar a atenção às crianças e aos adolescentes, pela repercussão do convívio em ambiente violento na formação da personalidade e perpetuação de atitudes violentas, como também na redução da capacidade de aprendizado, repetência e evasão escolar.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada correspondência ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Onaireves Nilo Rolim de Moura, pedindo providências e sérias investigações em relação à péssima arbitragem do Sr. Francisco Carlos Vieira na partida entre Umuarama e

Operário de Ponta Grossa, ocorrida no domingo, 09 de outubro.

O Operário, que desde o início da partida mostrava determinação em buscar sua classificação, teve um gol legítimo anulado e contra si assinalado um pênalti inexistente - que graças à atuação do goleiro Rudi - foi defendido. O restante da partida foi um verdadeiro festival de erros de arbitragem, com inversão de faltas, duas expulsões discutíveis, expulsão de técnico, entre outros.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol: Av. Victor Ferreira do Amara, 1930 - Tarumã - CEP: 82.800-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3142

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência à Sra. Jane Elisabeth Setemareski, Diretora-Presidente das Centrais de Abastecimento do Paraná - Ceasa, sugerindo a utilização da ionização de alimentos para aumentar a qualidade sanitária e preservar os alimentos altamente perecíveis, como forma de combater a fome no Estado do Paraná.

Encaminha, ainda, para ciência a consideração, a matéria sob o título "Ionização de alimentos: projeto auto-sustentável de combate à fome e à pobreza", de autoria de José Francisco Bufara de Medeiros e Terezinha Lima, publicada na Revista do Confea - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, nº 23.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Virgílio Moreira Filho, solicitando as seguintes informações sobre o Instituto de Pesos e Medidas do Estado:

- a) quantos cargos em comissão foram destinados ao IPEM.
- b) quem são os detentores desses cargos;
- c) qual o vencimento de cada cargo e aonde os comissionados exercem o seu trabalho.
- d) qual o horário de trabalho do Sr. Leonaldo Paranhos;
- e) quantas diárias foram pagas este ano, a servidores do IPEM e quem as recebeu;
- f) quanto foi gasto em gasolina no nome do Instituto.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, solicitando reforma, com urgência, no Colégio Estadual Tiradentes - ensino fundamental.

Vale ressaltar que o colégio vem sofrendo inundações constantes e há mais de 25 anos não passa por uma reforma.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando e reforçando o pedido do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando providências para as denúncias referentes ao uso do patrimônio móvel público indevido, imerecido e impróprio.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências para as denúncias referentes ao uso do patrimônio móvel público indevido, imerecido e impróprio.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando e reforçando o pedido do Legislativo do município de

Matinhos, referente à disponibilização de verbas orçamentárias.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3108

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER: que o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, informe por qual motivo ainda não foi regulamentada a carreira de Delegado de Polícia de 5º Classe, criada através do artigo 31 da Lei Complementar nº 89/2001.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente visa solicitar informações da regulamentação da 5ª Classe dos Delegados de Polícia, criada através do artigo 31 da Lei Complementar 89/2001, em virtude de existirem vários municípios no Paraná sem Delegado de Polícia de carreira, o que vem sendo exercido por pessoa leiga, dificultando os trabalhos policiais.

Em virtude desses fatos, este Deputado quer informações referentes à regulamentação da 5ª Classe de Delegados de Polícia de Carreira, criado através do artigo 31 da Lei Complementar nº 89/2001, a fim de suprir as deficiências hoje existentes, ou buscar de forma coerente a ampliação do Quadro de Delegado de Polícia do Paraná, seja pelo aumento numérico das classes já existentes ou a regulamentação da 5ª classe.

REQUERIMENTO Nº 3126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Sistema Único de Saúde, para que tome providências urgentes com relação à paralisação do atendimento a pacientes eletivos por 24 horas, prevista para o próximo dia 18 do corrente, por parte das Santa Casas de Misericórdia e dos Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 3127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de que seja intensificado o policiamento nas imediações da Igreja Universal do Reino de Deus, próximo ao Colégio Pe. João Bagozzi, no bairro Portão em Curitiba, devido às inúmeras reclamações de furtos e roubos a diversos

comerciantes e aos moradores locais, que se encontram inseguros e desprotegidos devido à falta de segurança.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Ministro do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo, solicitação de dotação orçamentária para obras de infra-estrutura e duplicação do trecho da BR-116, que liga o município de Curitiba, a partir da Ceasa, passando por Fazenda Rio Grande até Areia Branca dos Assis em Mandirituba, conforme entendimentos pessoais mantidos sobre o referido assunto, no ano de 2004.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3139

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. determine à Sanepar, para que officie a implantação de rede de saneamento básico nos bairros: Jardim Fênix, Vila Tebas, Tiradentes, Jardim Eliza, Jardim Dona Margarida, no município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado pode e deve proporcionar igualdade de serviços para todos os cidadãos.

Não há por que, alguns bairros da Capital serem privados do acesso à rede pública de saneamento básico, fator de higiene, conforto e vital para a saúde. É de justiça, e, não sem tempo, que seja feita.

Encaminhe-se cópia deste requerimento ao Sr. Juares Domingues Júnior - rua João de Barro, 441 - Pinhais/PR - CEP 83326-470.

REQUERIMENTO Nº 3140

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. determine à Sanepar, para que officie a implantação de rede de saneamento básico no Bolsão Rose: Vila Harmonia, Vila Rose I e II, Vila Concórdia II, Vila Angra, Vila Nova Barigüi, Vila Loana, Vila Alto Barigüi e Vila Olinda.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado pode e deve proporcionar igualdade de serviços para todos os cidadãos.

Não há por que, alguns bairros da capital, serem privados do acesso à rede pública de saneamento básico, fator de higiene, conforto e vital para a saúde. É de justiça, e, não sem tempo, que seja feita.

Encaminhe-se cópia deste requerimento ao Sr. José Claret da Silva, av. Sete de Setembro, 3146 - CEP 80230-901 - fones (41) 3249-1687 e 9211-7457.

REQUERIMENTO Nº 3154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando requerimento assinado pelos policiais militares Manoel Moreira Prates e Reginaldo José Gomes.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando reajuste aos auditores inativos da Receita Estadual.

Em maio deste ano foi concedido cerca de 70% de reajuste aos auditores fiscais em atividade, conforme Resolução nº 36/2005 da Secretaria de Estado da Fazenda. O não reajuste dos inativos contraria a legislação vigente, que prevê a extensão de reajustes nos mesmos níveis para os ativos e inativos.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, com cópia ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, solicitando providências para a recuperação da PR-281, no trecho que liga São João a São Jorge do Oeste.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Os moradores de São João e São Jorge do Oeste estão revoltados com o péssimo estado de conservação da PR-281, no trecho de 28 quilômetros que liga os dois municípios.

Conforme mostram as fotos anexas a este requerimento, a rodovia está cheia de crateras e na falta de conservação, a população tem utilizado o acostamento para trafegar, aumentando o perigo e comprometendo a sinalização vertical.

Com o atraso do início da obra - que é uma reivindicação de anos da população - torna-se necessária uma restauração mínima urgente que dê condições de tráfego até a recuperação total da rodovia.

REQUERIMENTO Nº 3177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Fritsch, Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, solicitando a abertura de crédito para aquisição, pela Coopeixe, da AAM Tilápia Písces - Indústria e Comércio de Peixes e Derivados, com sede em Toledo.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3116

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Boa Vista e pais de alunos, que pedem, com a máxima urgência, policiamento ostensivo nas proximidades do Colégio Estadual Fênix, sito à rua Holanda, nesse bairro.

Há muitos marginais e desocupados que ficam nas redondezas assaltando às pessoas, inclusive os pais que vão apanhar seus filhos no colégio durante o dia.

Existe uma pracinha no local e os marginais ficam perambulando e praticando assaltos diariamente. Os pais e os moradores estão muito apreensivos, motivo pelo qual solicitam policiamento urgente.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos mesmos e proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3117

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Tatuquara, que pedem, com a máxima urgência, policiamento ostensivo na Vila Zanão, Campo do Santana, Jardim da Ordem e toda a região do bairro Tatuquara.

Segundo os moradores, os assaltos ocorrem com muita frequência. O bairro está totalmente abandonado e entregue aos ladrões, que agem livremente.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos mesmos e proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3118

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos alunos do Colégio Estadual Ivan Ferreira do Amaral - bairro Jardim Paulista - município de Campina Grande do Sul, que pedem, com a máxima urgência, policiamento ostensivo nas proximidades desse colégio no período da noite.

Há muitos marginais e desocupados que ficam nas redondezas assaltando os alunos na entrada e saída das aulas. A situação é muito crítica, a insegurança é total e os alunos e seus pais encontram-se muito apreensivos.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos desocupados e proporcionará maior segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3119

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. São João - Centro - município de Campina Grande do Sul, que pedem, com a máxima urgência, policiamento ostensivo na rua em que residem e em todo o Município.

Ocorrem assaltos à mão armada diariamente. A situação é muito crítica, falta policiais e há somente uma viatura para atendimento da população.

A insegurança é total e a presença de policiais inibirá a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3141

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, que faça tramitar nesta Casa de Leis um decreto legislativo que positivasse o Hino do Legislativo Paranaense, para que seja executado na Assembléia e no Tribunal de Contas do Estado, quando for assim solicitado, conforme as especificações contidas na justificativa do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Durante os festejos comemorativos aos 150 anos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão do Sesquicentenário, por solicitação desta Casa de Leis aceitou a composição “Brado Forte - Hino do Legislativo Paranaense”, melodia coral a quatro vozes do compositor Antônio Ramos, 1º Tenente Músico e maestro da Banda da Polícia Militar do Paraná.

Essa composição foi entoada nas sessões comemorativas aos 150 anos desta Casa de Leis, aguardando desde então sua positivação normativa para que passe a vigorar oficialmente.

As especificações da composição e letra seguem em anexo, na partitura.

Diante do exposto, solicito as providências deste Plenário, para que junto com os nobres Pares, possamos legalizar o uso do hino do nosso Poder Legislativo.

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Estadual de Direitos Humanos de Produção Acadêmica, a ser concedido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com apoio da iniciativa privada, a estudantes do terceiro grau que estejam cursando jornalismo ou curso nas áreas de comunicação social, que promovam trabalhos relativos aos direitos humanos.

Parágrafo único. O prêmio a que se refere o *caput* deste artigo consistirá na concessão de diploma de qualificação ou menção honrosa.

Art. 2º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos de Produção Acadêmica será concedido às seguintes categorias:

I - estudantes, compreendendo alunos regularmente matriculados em curso universitário, da área de comunicação social, ministrados por instituições de ensino superior, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação, que apresentem trabalhos sobre temas inerentes aos direitos humanos.

Art. 3º Caberá à Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, a regulamentação, organização e julgamento da premiação, através da criação de uma comissão julgadora que terá a responsabilidade de proclamar vencedores, de impugnar e de resolver casos omissos, no que diz respeito à seleção dos trabalhos, sendo suas decisões soberanas.

§ 1º No julgamento, serão levados em consideração os seguintes princípios:

a) coerência com o tema;

b) criatividade e inovação, tanto na abordagem do tema como no uso da linguagem;

c) diálogo com a comunidade envolvida, levando em consideração a realidade que a instituição está inserida;

d) resgate histórico e cultural.

§ 2º A comissão escolherá os dois melhores trabalhos em cada uma das categorias citadas no artigo 2º.

Art. 4º O Prêmio Estadual de Direitos Humanos de Produção Acadêmica será concedido na semana do Dia Internacional dos Direitos Humanos, entre os dias 06 e 10 de dezembro.

Art. 5º A coordenação do prêmio é de responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Embora vivamos em um regime democrático, os direitos humanos dos cidadãos brasileiros e, em especial os dos paranaenses, precisam ser mais respeitados. Fazendo-se mister que sejam conhecidos, para então serem respeitados. Com essa singela noção de verdade, há em nossa sociedade, pessoas e entidades que labutam e envergam este estandarte.

Precisamos reconhecer e dar o merecido crédito a essas lutas, e através da presente medida, esperamos enaltecer essas figuras e suas elogiosas ações em prol dos direitos humanos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 632/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído o teste do reflexo vermelho, ou teste da visão, nos procedimentos obrigatórios da saúde pública e em todas as maternidades do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Dados do IBGE retratam uma situação preocupante cerca de 16,5 milhões de brasileiros, o que representa quase 10% da população sofre de algum tipo de

deficiência visual. Estima-se que, desse total, de 20 a 30% sejam crianças com alguma alteração na visão. O teste do reflexo vermelho ou teste da visão, por ser procedimento fácil, de baixo custo e de grande alcance é fundamental para a alteração dos atuais índices nada animadores.

O presente projeto de lei visa dar melhores condições à população do Estado estabelecendo que entre os procedimentos já existentes no âmbito da saúde pública e nas ações das maternidades seja incluído o teste da visão. Os benefícios advindos desta prática serão extraordinários e se enquadram nas disposições da saúde pública assim como das orientações dos órgãos internacionais de saúde.

PROJETO DE LEI Nº 633/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam estendidos aos servidores públicos estaduais, ocupantes dos cargos enquadrados na carreira de engenheiro, os benefícios do artigo 31, da Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações subsequentes.

Parágrafo único. Aplicam-se os benefícios previstos no *caput* deste artigo, aos ocupantes do cargo de engenheiro na data da vigência da referida Lei Federal nº 3.807 até a entrada em vigor da Lei Federal nº 9.032, de 28 de abril de 1995.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A legislação federal pertinente ao exercício da engenharia, estabeleceu através do Decreto nº 53.831/64, da Lei nº 5.527/68 e do Decreto 83.080/79, que os engenheiros civis, de minas, metalúrgicos, eletricitas e químicos, seriam enquadrados como categoria profissional à qual se estabeleceu a presunção legal de exercício profissional insalubre, o que lhes permita a aposentadoria especial instituída pela Lei nº 3.807/60, aos 25 anos de trabalho, benefício esse que atualmente é regido pela Lei nº 8.213/91, com alterações posteriores.

Com edição da Lei Federal nº 9.032, de 28 de abril de 1995, foi extinta a aposentadoria especial por categoria profissional.

Entretanto, para a categoria de Engenharia Civil e Eletricista, esse direito somente foi extinto através da Medida Provisória 1.523, de 14 de outubro de 1996, que veio revogar expressamente a Lei nº 5.527/68, donde se presume que somente a partir desta data é que efetivamente essas duas categorias profissionais foram atingidas pela modificação no sistema previdenciário.

A Lei nº 9.032/95, ao introduzir a nova regulamentação do benefício da aposentadoria especial garantiu, entretanto, ao segurado que tenha trabalhado sob condições especiais e conversão ao tempo trabalhado em atividade comum, inclusive em decorrência do grupo profissional do trabalhador em relação às profissões, em que se presumia a existência no seu exercício de condições agressivas à saúde ou perigosa.

Assim, a partir da citada lei passou-se a exigir, para efeitos de enquadramento das atividades dos engenheiros químicos, de minas e de metalúrgica, a comprovação de efetiva exposição a agentes agressivos durante a jornada de trabalho. Neste caso, para o enquadramento de períodos de trabalho em condições insalubres, a partir de 24.04.95, passou-se a exigir a comprovação da exposição desses engenheiros aos agentes agressivos através do preenchimento de formulário próprio do INSS, pela empresa, se sua corroboração por laudo técnico pericial.

No caso dos engenheiros civis e eletricitas, esses foram reenquadrados somente através da Medida Provisória Federal nº 1.523, de 14.10.96, que vetou a possibilidade de enquadramento por categoria profissional.

Os dispositivos legais expostos nas legislações citadas, estão sendo cumpridos pelo INSS, que vem consignando o adicional de 40% sobre o tempo de serviço prestado pelos engenheiros civis, químicos, de minas, metalúrgicos e eletricitas que trabalharam até o advento da Lei Federal nº 9.032 e da Medida Provisória nº 1.523, conforme a categoria profissional.

Tendo em vista que a aposentadoria dos servidores públicos estaduais é tratada de maneira idêntica ao ordenamento jurídico federal, o que se pretende com o presente projeto de lei é o cumprimento da legislação federal, através do reconhecimento, pelo Estado, da consignação do adicional de 40% sobre o tempo de serviço efetivamente prestado pelos servidores estaduais enquadrados nas categorias profissionais acima mencionados, para efeito de aposentadoria.

PROJETO DE LEI Nº 634/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o serviço de atendimento telefônico denominado Disque Violência Contra a Família, para informar e acolher denúncias da população sobre violência física, violência sexual e maus tratos praticados contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Segurança Pública manterá terminal telefônico com código especial de serviço, com gratuidade de ligação para o usuário.

Art. 3º O denunciante que utilizar o Disque Violência Contra a Família terá garantia de sigilo de seu nome.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a divulgação do serviço Disque Violência Contra a Família mediante veiculação de mensagens publicitárias e também afixação de cartazes e distribuição de folheto em locais de grande circulação ou concentração de pessoas.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O dia 25 de novembro é o Dia Internacional de Não Violência contra as mulheres e é importante que o Estado determine providências para prestar a devida assistência às mulheres vítimas de violência. A impunidade dos crimes de violência contra as mulheres compromete o Produto Interno Bruto Brasileiro em 10,5%.

A redução da pobreza exige a promoção da igualdade de direitos das mulheres. Esta é a principal conclusão do relatório anual do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), lançado em 05 de outubro de 2005.

O estudo retrata a dura realidade das mulheres no mundo: existem duas mulheres analfabetas para cada homem. Elas ocupam apenas 16% dos cargos públicos, respondem por mais de 60% da produção agrícola mundial, mas ganham 30% a menos do que os homens. O Brasil não é exceção à regra, como comenta Taís Freitas dos Santos, representante auxiliar do UNFPA no Brasil.

“No Brasil, atualmente, pode-se dizer que as mulheres têm nível de educação superior ao do homem. Isso, por outro lado, não se reverte em benefício para elas no mercado de trabalho. Elas têm os piores salários, os piores empregos e as piores profissões. Assim, se elas se beneficiam em relação à educação, o mesmo não acontece em relação ao mercado de trabalho. Além disso, essa desigualdade também se reflete em outros aspectos da vida da mulher. Ela é mais frequentemente vítima de todo tipo de violência - doméstica e sexual. Tudo isso contribui para deixar a mulher num plano bastante inferior ao homem”.

O Estado do Paraná não pode mais perder gerações de crianças e adolescentes vítimas de violência. Imprescindível divulgar direitos e deveres de cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 635/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki possui sua sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. É uma entidade de caráter beneficente, caritativa, cultural, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, em ação em todo o território nacional. Foi fundada com o objetivo de promover assistência social, educacional, cultural, desenvolvendo um trabalho em creches, educação infantil, asilos e outros, quer próprias ou em convênios.

No setor de educação mantém trabalho na escola “Junshin”, na educação infantil: Jardim I, II e III oportunizando à criança uma educação transformadora, criativa, promovendo a realização cristã, social e a prática da cidadania. Ministra cursos da língua japonesa.

Como entidade sem fins lucrativos sobrevive de doações e realizações de eventos para a arrecadação de fundos para sua manutenção.

Assim, peço o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 636/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de energia elétrica de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei será executada pela integração das Secretarias de Estado de Obras Públicas - SEOP; Agricultura e do Abastecimento - SEAB; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e órgãos estatais correspondentes.

Art. 3º A obrigatoriedade da construção desses canais terá como objetivo facilitar a piracema nas bacias hidrográficas das usinas geradoras de energia elétrica, atuais e futuras, visando proteger e preservar a fauna - recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos no território do Estado do Paraná.

Art. 4º O Governo deverá fazer constar no Orçamento do Estado do próximo ano os recursos necessários para a execução desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Piracema é o período entre outubro e março, quando os peixes sobem até as cabeceiras dos rios, nadando contra a correnteza para realizar a desova e a reprodução. Este fenômeno é considerado essencial para a preservação da piscosidade das águas dos rios e lagoas.

Todos os anos algumas espécies de pescado fazem esse longo percurso, vencendo os obstáculos naturais, como as corredeiras e cachoeiras, no intuito de perpetuar suas espécies. Eles têm de vencer também a pesca predatória, feita clandestinamente com armadilhas, redes, tarrafas, puçás e outros artifícios por pescadores e outras pessoas sem a devida preocupação com o futuro dos peixes.

Durante a piracema, fica proibida qualquer atividade de pesca profissional, inclusive o uso de redes, tarrafas, covos e outras armadilhas, que aniquilam a vida nos rios. Os pescadores amadores somente poderão utilizar-se de caniço simples ou vara com molinete/carretilha, limitar quantidade de peixes embarcados assim como obedecer rigorosamente o tamanho mínimo de captura.

No entanto, as nossas usinas não estão adaptadas com um canal apropriado para que os peixes possam nadar para executar a desova, que é um fenômeno da natureza.

A força da correnteza na vazão, na abertura das comportas dos vertedouros, impedem que os peixes realizem essa manobra natural que precisam para a sua reprodução. Cabe, portanto, ao homem, criar os caminhos para que esse fenômeno natural de concretize.

Sabemos dos custos, mas, a natureza é atacada pelo homem e não pode sozinha se defender, restando a nós legisladores criarmos as leis para auxiliar a preservação e conservação do meio-ambiente.

A Constituição federal diz em seu artigo 225, o seguinte: “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. “VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”.

Como se vê, este projeto de lei pretende impedir a extinção de determinadas espécies de peixes que vivem em nossos rios e lagos surgidos pela retenção do curso

natural dos rios para a construção de usinas, nem tampouco, a real necessidade das suas construções. Apenas pretendemos preservar o controle do ecossistema, respeitando-se os princípios constitucionais, bem como, zelando pela qualidade de vida em nosso Estado, cuja influência será de repercussão internacional.

Por essas razões, pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 637/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Seicho-No-Ie, a ser comemorado no dia 22 de novembro em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O movimento Seicho-No-Ie vem sendo impulsionado atualmente como Movimento Internacional de Paz pela Fé. Através da fé em um Ser universal e da expansão internacional da doutrina que reverencia as pessoas como divindade, transcendendo quaisquer diferenças de etnia e de religião, o Movimento Internacional de Paz pela Fé, visa resolver todos os conflitos raciais e religiosos que a humanidade enfrenta nos dias de hoje, a fim de concretizar um mundo pacífico.

No dia 1º de março de 1930, o professor Masaharu Taniguchi lançou a revista Seicho-No-Ie. Esta revista foi fruto de longos anos de grande esforço e pesquisas numa busca intensa da verdade.

As palavras impressas na revista transformaram completamente a vida de centenas de milhares de pessoas fazendo com que elas tomassem consciência de quão sublime é a sua vida e quão maravilhosa é a vida de todos os seres vivos. A Seicho-No-Ie hoje ocupa um espaço muito grande em um incontável número de adeptos em todo o mundo.

Por isso, a proposta de um dia especial de comemoração, chamado Dia da Seicho-No-Ie. Esperamos contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 638/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a instituição Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Seicho-No-Ie do Brasil é uma entidade filosófico-religiosa de direito privado, sem objetivo econômico ou político, regido por estatuto social próprio. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, enquadra-se na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, habilitando-se à aprovação de Declaração de Utilidade Pública.

Em anexo estão os estatutos, os relatórios e demais documentos exigidos por lei, para que se cumpram os preceitos legais, para esta declaração.

Durante o mês de dezembro de 2004, a Seicho-No-Ie do Brasil realizou campanha pró-Natal pelo seu Departamento de Assistência Social e Filantrópica, angariando fundos que foram repassados para 555 entidades sociais e filantrópicas, em valores de R\$343.426,28 (trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos), conforme consta em seu relatório de atividades. Além das suas atividades doutrinárias, a Seicho-No-Ie realiza palestras, estudos, seminários e orientações pessoais, na busca de melhora de qualidade de vida espiritual.

Seu objetivo principal é a pregação doutrinária, visando o bom desempenho de sua missão humanitária.

Edita livros, revistas e jornais, fazendo outras publicações em emissoras de rádio e televisão, recursos áudio-visuais, gravações, mídias eletrônicas e outros.

Assim, devidamente justificado, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 640/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13.994, de 27 de janeiro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APMF, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração da Lei nº 13.994 se deve ao fato da mudança de nome da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), agora denominada Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal

Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APMF).

PROJETO DE LEI Nº 641/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.114 de 17 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APMF, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração da Lei nº 14.114, se deve ao fato da mudança de nome da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), agora denomina Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Alessandra Bastida Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APMF).

PROJETO DE LEI Nº 642/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Provopar Municipal Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Provopar Municipal Programa do Voluntariado Paranaense, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Porecatu, incentivando e organizando ações do voluntariado e assim, buscando o desenvolvimento da sociedade.

As principais ações da Provopar Municipal de Porecatu buscam realizar trabalhos de natureza assistencial, cultural e social, bem como, a realização de programas emergenciais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 643/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.095 de 17 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APMF, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Esta alteração da Lei nº 14.095, se deve ao fato da mudança de nome da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), agora denominada Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APMF).

PROJETO DE LEI Nº 644/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em toda a extensão territorial do Estado do Paraná, a apresentação, manutenção e a utilização, sob qualquer forma, em espetáculos circenses ou similares, de animais selvagens ou domésticos, nativos ou exóticos.

Art. 2º Excetua-se da proibição prevista nesta lei, a presença de animais domésticos de estimação, desde que permaneçam em companhia de seus donos e não sejam utilizados, sob qualquer forma, nem mesmo para simples exibição ao público.

Parágrafo Único. A permissão de que trata o *caput* deste artigo não exima os donos dos animais de eventuais ações decorrentes do descumprimento de outras normas legais, inclusive as de caráter penal.

Art. 3º Não se aplica a proibição prevista no artigo 1º quando se tratar de eventos sem fins lucrativos, de natureza científica, educacional ou protecional.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao infrator a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - cancelamento da licença de funcionamento, e imediata interdição do local onde se realizam os espetáculos;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - havendo descumprimento da interdição será cobrada, a partir da data da mesma, multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de funcionamento irregular do espetáculo.

§ 1º O valor da multa de que trata o *caput* do artigo 4º, será atualizado anualmente com base no IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado ou o que vier substituí-lo.

§ 2º O valor da multa a que se refere este artigo, será recolhido pelos órgãos competentes do Poder Executivo do Estado do Paraná e revertida para a Prefeitura do Município onde foi aplicada e deverá ser utilizado em programas de proteção aos animais em sua área de abrangência.

Art. 4º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se este projeto de lei pelos maus tratos que na maioria das vezes os animais sofrem, vez que são submetidos a trabalho não condizentes com sua natureza, obrigados a rotinas estafantes, tendo que se apresentar ao público diversas vezes ao dia.

São animais condicionados a apresentações artísticas com movimentos repetitivos que podem acarretar algum dano físico, comprometendo sua longevidade. Também, os animais estão sujeitos a longas viagens, confinados em pequenas jaulas impedindo desta maneira sua vida saudável, uma vez que se estivessem em seu habitat natural viveriam de forma livre.

O presente projeto de lei decorre das implicações éticas, sanitárias, de segurança pública, da manutenção e utilização de animais em circos.

A qualidade e o tamanho do espaço físico disponível das jaulas, a rotina das atividades impostas aos animais (freqüentemente contrárias à sua natureza), assim como a falta de um padrão mínimo quanto ao tipo de alimentação e aos cuidados veterinários, são fatores limitantes para uma qualidade de vida mínima dos animais.

Outro fator agravante é o tempo de duração das condições descritas, que se estendem por toda a vida útil do animal. Adicionalmente, a forma de aquisição dos animais, especialmente daqueles selvagens, é freqüentemente realizada sem controle oficial e, ao surgirem dificuldades, os animais são também freqüentemente abandonados.

Sobrepostos a esses fatores, animais de circo são freqüentemente mutilados, expostos a técnicas cruéis de adestramento e apresentados ao público em situações que ferem a dignidade de sua espécie. Para o público em geral, e especialmente para as crianças, este contato dificulta o desenvolvimento de uma relação saudável entre seres humanos e animais.

Desta forma, considera-se tanto a manutenção quanto a utilização de animais em circos inaceitáveis do ponto de vista ético.

Além da questão ética central exposta, duas categorias importantes de risco aos seres humanos são oferecidas pela presença de animais de circo:

Risco sanitário: devido à ausência parcial ou total de um controle adequado do estado de saúde dos animais, existe o risco de veiculação de doenças, inclusive zoonoses, entre municípios pelo deslocamento característico

deste tipo de atividade;

Risco de segurança física: vários acidentes fatais acontecidos em nosso país envolvendo animais de circo tornam evidente a precariedade da segurança oferecida por alguns espetáculos circenses, sendo que o risco passa a ser compactuado por prefeituras que fornecem alvarás para funcionamento de circos e congêneres que apresentam animais.

A partir do exposto, este projeto de lei defende a completa proibição da manutenção e da utilização de animais em espetáculos circenses e similares no âmbito do território do Estado do Paraná.

Este projeto está amparado na Constituição Federal Cap. VI, artigo 225, parágrafo 1º, item VII que diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o de dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VII - proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Também está escudado no artigo 24, item VI, da mesma Constituição Federal que diz:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Finalmente este projeto de lei está amparado na Constituição Estadual que em seu Capítulo V - Do meio ambiente - artigo 207 parágrafo 1º item XIV diz.

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e pre-

servá-lo para as gerações presente e futura, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

er a fauna em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade.

PROJETO DE LEI Nº 646/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É instituída a Filosofia como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina Filosofia tem por objetivo consolidar a base humanista da formação constituído pelo educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade na sua relação com o mundo e a criação de valores culturais, históricos e sociais, sendo portanto, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação estabelecerá o conteúdo programático da disciplina, que deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, observando-se o disposto no artigo 2º e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, fixado pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 4º A Secretaria Estadual de Educação tomará as demais medidas necessárias à implantação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

É fato incontestável que a escola deve se constituir em instância social de valorização e promoção da cidadania de nossas adolescentes e jovens. A instituição escolar, como espaço de mediação formal na constituição de conhecimentos e acesso aos saberes de mediação formal na constituição de conhecimentos e acesso aos saberes historicamente produzido por sucessivas gerações, deve-se constituir em locus privilegiado para que os educandos e educandas aprendam os conteúdos básicos, além de prover o conhecimento elementar sobre a vida cultural, política e social do seu País. Neste mesmo sentido, deve estar empenhada na formação de valores éticos e morais nos espaços ou locais no qual cada indivíduo, e o coletivo

desses, busca prover as condições materiais de sua existência individual e coletiva.

A aprendizagem desses conhecimentos e a formação de padrões atitudes e valores se dá, prioritariamente, com base na aprendizagem das humanidades, no qual se inclui a disciplina de Filosofia. A introdução da disciplina de Filosofia, como disciplina obrigatória, constitui ainda medida essencial para que os educandos não sejam apenas mero objeto da transmissão de conhecimentos mas se constitua em sujeito da sua própria formação, adquirindo capacidade reflexiva no desenvolvimento de seu pensamento crítico e criativo.

A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece, em seu artigo 2º, que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e seu preparo para o trabalho. Mais adiante, consagra em seu artigo 27, que os conteúdos curriculares da educação básica, que inclui o Ensino Médio, deverão observar, entre outras diretrizes, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.”

Especificamente em relação ao Ensino Médio, etapa final da educação básica, a lei em referência prevê que uma de suas finalidades consiste “no aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (inciso III, do artigo 35). Por fim, ainda que de forma insatisfatória, o ensino de Filosofia consta vagamente no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 36 que diz: “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Uma breve análise da história educacional em nosso País permite-nos compreender o porquê da importância do retorno da disciplina de Filosofia no Ensino Médio do Estado do Paraná.

Da instauração do regime militar de 1964, derivou a supressão das liberdades democráticas e as instituições de ensino, de diferentes níveis, viram-se amordaçadas com a nova legislação educacional (Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71), que suprimiu do currículo o ensino de Filosofia e Sociologia, substituindo-as pela inclusão de Educação Moral e Cívica, no primeiro grau, Organização Social e Política, segundo grau, e Estudos de Problemas Brasileiros, no ensino superior. Instituiu-se ainda, o ensino de Estudos Sociais em substituição às disciplinas de História e Geografia e criaram-se os cursos superiores de licenciatura curta. O objetivo dessas medidas ditatoriais era impedir o desenvolvimento de uma consciência reflexiva por parte dos alunos e silenciar os professores, cientistas sociais e filósofos, e conseqüentemente, garantir a obediência passiva dos cidadãos ao novo regime.

No processo de abertura do regime militar e no advento do governo civil, vários intelectuais e educadores colocaram-se claramente à favor do retorno das discipli-

nas de Ciências Humanas ao currículo escolar, à luta pelo fim dos Estudos Sociais e instauração do ensino de História e Geografia na escola básica.

É necessário colocar um fim definitivo nesta triste realidade que um dia recaiu sobre o ensino brasileiro e que subsiste mesmo em meio às mudanças introduzidas pela nova legislação educacional brasileira. Qualquer que seja a futura opção do aluno em sua vida profissional, o certo é que o educando, como pessoa e cidadão, necessita do ensino de Filosofia para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, para sua melhor inserção crítica, seja no mundo do trabalho, seja na sociedade como um todo.

É neste contexto que apresentamos este projeto de lei, visando introduzir na grade curricular do Ensino Médio a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, uma disciplina indispensável na formação cidadã de nossos adolescentes e jovens que freqüentam a rede escolar no nosso Estado.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 639/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As quotas de produtividade, que compõem o prêmio de produtividade, a que se refere o artigo 66 da Lei Complementar nº 92, de 05 de julho de 2002, devidas aos auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado, a qualquer título, constituem parcela de sua remuneração e por isso, incorporam-se aos proventos de aposentadoria e são extensivas aos auditores fiscais aposentados e seus pensionistas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade introduzir na legislação do Estado do Paraná, regra interpretativa sobre a natureza jurídica, a extensão e a aplicação das quotas de produtividade atribuídas aos auditores fiscais da Coordenação da Receita do Estado, previstas na Lei Complementar Estadual nº 92/2002.

Tal disposição se faz necessária diante das dificuldades e injustiças que vêm sendo praticadas pela administração estadual no trato desta questão.

O prêmio de produtividade constitui parcela de remuneração dos auditores fiscais, conforme expressamente trata o artigo 64, da Lei Complementar nº 92/2002, a seguir transcrito:

“Art. 64. Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, inclusive as vantagens a seguir discriminadas, e poderá ser

fixada e alterada por lei ordinária, assegurará a revisão anual.

- I - gratificação de função;*
- II - prêmio de produtividade;*
- III- adicional por tempo de serviço;*
- IV - gratificação de zona.”*

Por ser parte da remuneração compõe igualmente os proventos de aposentadoria e as pensões dos ocupantes dos cargos de auditores fiscais conforme expressamente definido no artigo da citada lei, nos seguintes termos:

“Art. 52 Os proventos de aposentadoria do Auditor Fiscal serão correspondentes à remuneração integral do cargo ocupado inclusive do prêmio de produtividade, desde que percebido por um período não inferior a dez anos, ininterruptos ou intercalados, e dos adicionais por tempo de serviço.

§ 1º A aposentadoria com proventos integrais mencionadas no caput fica sujeita ao recolhimento de contribuição previdenciária por um período não inferior a cinco anos, ressalvados os acréscimos na remuneração ocorridos nesse interregno, mesmo que por efeito de promoção ou de alteração de quotas, os quais integrarão os proventos independentemente da contribuição, cumpridos os demais requisitos constitucionais quanto à idade e tempo de serviço ou de contribuição, conforme for a data de ingresso no serviço público.

§ 2º O Auditor que se aposentar por invalidez, não tendo completado tempos para aposentadoria com proventos integrais receberá proventos proporcionais a esse tempo, salvo quando a aposentadoria decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas por junta médica oficial conforme legislação pertinente, hipóteses em que os proventos serão integrais, independentemente inclusive do tempo de percepção de quotas.

§ 3º Na hipótese da aposentadoria por invalidez, se ficar provado que o servidor assumiu atividades remuneradas, inclusive por assunção a outro cargo público, será anulada ex nunc esta aposentadoria, retornando imediatamente ao cargo de Auditor Fiscal, ainda que no exercício de funções compatíveis com seu estado.

A Lei Complementar nº 92/2002, ao mesmo tempo em que define que o prêmio de produtividade é composto de quotas de produtividade, atribui competência ao Secretário da Fazenda para através de resolução, estabelecer os critérios de distribuição e apropriação dessas quotas.

Isto vem ocorrendo ao longo dos anos.

Entretanto, a cada nova resolução, sem que estas expressamente definidas, excluem dos seus efeitos os auditores fiscais aposentados, como se essa vantagem fosse paga exclusivamente em retribuição a atividades específicas que sejam executadas na fiscalização ou arrecadação dos tributos, o que não é verdade, pois auditores que atuam em atividades internas a percebem.

Na verdade, como já se demonstrou, a lei permite ao Auditor Fiscal incorporar ao seu patrimônio jurídico a

média aritmética dos 36 maiores percentuais de quotas percebidas durante o exercício funcional (artigo 54, da Lei Complementar Estadual nº 92/2002).

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu vinha de Londrina de carro, agora, pela manhã e fazia um dia bonito. Fiz questão de parar ali no pedágio, para contemplar aquela região abençoada por Deus. Ali na BR-376, no pedágio de Mauá da Serra, podemos ter uma visão panorâmica dessa região maravilhosa, que é o Norte do Estado do Paraná. Se tivesse perto de Curitiba já teria toda a infra-estrutura necessária para ser um dos pontos turísticos mais visitados do Brasil, mas um dia isso vai acontecer.

O que estamos trazendo na tarde de hoje, para o conhecimento dos Deputados que não conhecem a região, ali, antes de Ortigueira, quem vai para Tibagi ou mesmo ali mais por dentro é o Imbaú, região extremamente maravilhosa e bucólica ao mesmo tempo.

Neste dia bonito em que vi as nuvens no topo de algumas árvores, as montanhas rochosas, ali fiquei a pensar: por que será que o Governo do Estado insiste em tirar esta beleza maravilhosa das futuras gerações? Por que tolher de todos nós a oportunidade de contemplar esta região aplauzível, que pode se tornar um verdadeiro idílio, caso ele tenha uma visão de futuro? Ali mesmo, se houvesse o desenvolvimento de um projeto concentrado, para a valorização do ecoturismo, não teria região no Brasil mais próspera!

Quem conhece a Riviera Paulista e Campos do Jordão sabe do que estou falando. Aquela região que hoje concentra o maior PIB do Brasil, sede de veraneio das ricas famílias de classe média-alta paulista é menos bonita do que a nossa região do Vale do Tibagi. É justamente nesse Vale que o Governo quer colocar o concreto para beneficiar as indústrias do cimento e as empreiteiras e acabar com a fauna e a flora de um dos últimos rios virgens do Estado do Paraná.

Estamos sendo agraciados por Deus e não temos a visão necessária para poder contemplar e tirar recursos, através da geração dos projetos de desenvolvimento sustentável para riqueza, renda e emprego para essa região.

É por isso que estamos subindo mais uma vez aqui na tarde de hoje. Ali temos uma população indígena que desenvolve o artesanato, pequenos criadores de ovelhas e mesmo de gado e tudo isso pode acabar se a famigerada

idéia do Governo de construir as usinas hidrelétricas for concretizada.

O apelo que fazemos na tarde de hoje, Sras. e Srs. Deputados, é para que aquela região - que é rica em quedas d'água, algumas de setenta metros, como o Salto do Apucarantina - possa ser referência brasileira na questão do turismo rural, que é uma grande fonte de riqueza.

A Espanha fez isso com essa história que não polui, que é o turismo, e é hoje uma das maiores indústrias do mundo, sendo visitada por pessoas dos quatro cantos do Planeta.

Para não ir longe e traçar um comparativo, nosso vizinho Estado de Santa Catarina, congrega hoje uma força pujante do turismo; tem as suas belas praias, mas não tem o que nós temos. Aquela região, para quem não sabe é uma das que tem um dos melhores climas temperados do Brasil, uma região rica, entrecortada por nascentes de águas límpidas. Ali, na vegetação, que foi abençoada pela natureza com eucaliptos, araucárias e pinheirais, nós podemos fazer um grande Parque Ecológico, desenvolvendo o ecoturismo e proporcionando renda, através da mão-de-obra, que será qualificada para atender toda essa demanda de turistas do mundo inteiro que podem visitar aquele local, como existem já os grandes parques brasileiros ou ali mesmo pertinho, em Tibagi, onde tem o sexto maior canyon do Mundo, mas que é subaproveitado. Até a apresentadora Xuxa se encantou por aquela região há cerca de quinze anos e tentou comprar a região do Castelo Elorado, mas o empresário Álvaro Lobato Sales não fechou negócio. O Deputado André Vargas é testemunha de tudo isso. Ali, a oitenta quilômetros de Londrina, a trezentos quilômetros de Curitiba, a 130 quilômetros da cidade de Maringá, um dos climas mais agradáveis que nós possuímos, um dos ares mais puros, segundo as pesquisas e os órgãos ambientais que fazem a medição constante daquela região.

É ali que queremos sugerir ao Governo Roberto Requião, que acaba de chegar da Europa e que até em francês falou, tomara que o "verniz galesta" possa amolecer um pouco seu coração e ele possa ter a visão para o futuro, que não é a geração de energia que nós já temos em superávit, inclusive, e que fornecemos para o Brasil e até para outros países. A visão de futuro de verdade, estratégica, é preservar aquilo que é nosso, a nossa maior riqueza que é a nossa natureza pura de uma das regiões mais belas do Brasil.

Isso é ter visão de futuro! E ali poderia preservar as populações indígenas, a qualidade da água que consumimos, os nossos mananciais e, principalmente, a fauna e a flora em uma região privilegiada, de megabiodiversidade. Tudo isso pode ir por água abaixo, se esse projeto, - que já nasceu morto - das construções das usinas hidroelétricas for confirmado. Nós não podemos, repito aqui, sermos gananciosos e, acima de tudo, pensarmos em nós mesmos, mas, temos, sim, que deixar essa maravilhosa região para a contemplação das nossas futuras gerações, para que não venham vê-las em arquivos, em fotografias,

em cardápios ou em qualquer outro tipo de mostra daquilo que já foi ou que era uma bela região, daqui a vinte anos. Nós temos, que pensar no futuro das próximas gerações e não em um projeto imediatista, tentando acreditar na falsa ilusão que a construção de barragens de usinas hidroelétricas resolva momentaneamente, através dos royalties que serão pagos regamente - diga-se de passagem - para algumas Prefeituras, para desenvolver uma região de baixo IDH, como essa região.

Parece até que já estamos vendo a movimentação do turismo naquela região, dando emprego com a formação de mão-de-obra pela própria Universidade do Norte do Paraná, Unopar, que já tem ali um know how tecnológico para poder abastecer de todo conhecimento necessário para formar a mão-de-obra desses jovens e daqueles que já vivem ali, que podem trabalhar como garçons, cozinheiros, manobristas, motoristas, enfim, criando chalés, pousadas, hotéis, spas, em busca de ar puro, preservando a região e gerando riqueza e renda.

Esta é a sugestão que trazemos na tarde de hoje. Isto é visão de futuro e não apenas construir uma hidrelétrica achando que teremos mão-de-obra ali para atender à população de baixa renda como serventes de pedreiros, que poderão trabalhar nesta obra, já que os grandes salários virão de fora, como engenheiros e outros tantos!

Não podemos cair neste engodo, Sr. Presidente e é por isso que estamos trazendo aqui a nossa preocupação e a nossa sugestão ao Governo do Estado, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

V. Exa., ao contrário do que a Mesa informou teria mais cinco minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria de usá-los, Presidente André Vargas.

Quero também trazer ao conhecimento de V. Exas. na tarde de hoje, o caos que Londrina continua vivendo na questão da Segurança Pública. Às cinco horas da tarde, no centro nervoso de Londrina, Rua Sergipe esquina com Minas Gerais, na última terça-feira quarenta pessoas estavam fazendo compras em uma loja, quando entraram marginais e ali fizeram um verdadeiro terror. Crianças chorando, mães revoltadas e a Polícia demorou exatamente vinte minutos para chegar até o local! Se fosse à pé, da 10ª Sub-Divisão Policial, que é a sede, até ali, no máximo quatro quadras, não se gastaria nem um minuto mas infelizmente a Polícia Militar demorou exatos vinte minutos para fazer o atendimento. Não é culpa dos policiais, mas culpa da falta de estrutura na primeira cidade do interior do Paraná onde nós temos apenas sete viaturas para atender uma população de quinhentos mil habitantes!

Até a casa do Delegado-Chefe foi assaltada na cidade de Londrina! E a gente ainda tem que ouvir aque-

les que defendem o Governo falando que está tudo bem, que nunca esteve tão bem na área de Segurança Pública!

Crianças em plena luz do dia sendo apavoradas, na cidade de Rolândia, por gangues de adolescentes! Nos colégios, os pais, talvez para proteger os filhos, estão mandando as crianças armadas! Mais uma vez eu pergunto: Onde está a Patrulha Rural?

O principal hospital público está contemplando tiroteios - Hospital Regional do Norte do Paraná, o HU - a ponto de o médico pediatra, Gerson Zanetta dizer: "Não tem cabimento acontecer isto em frente ao maior Hospital Público do Norte do Paraná!" Três pessoas baleadas, uma delas morreu, funcionários querendo abandonar a sua função, médicos com medo de trabalhar, não sabem mais se colocam o avental branco ou se colocam colete à prova de bala!

Esta é a real situação da segurança pública em nossa cidade! A nossa principal área de lazer, o lago Igapó 1, é palco de estupro, e como se isso não bastasse ali rachas são feitos em plena luz do dia, e a polícia, inoperante para atender estas ocorrências.

A cidade do Presidente da Assembleia Legislativa foi palco de um resgate cinematográfico nesse final de semana. Quinze presos, dos mais perigosos, foram resgatados, porque o Governo do Estado não dá a guarda externa como acontece em qualquer presídio, qualquer cadeia do Brasil, menos aqui no Estado do Paraná!

É esse o quadro da segurança pública em nossa cidade! A casa do Delegado Chefe invadida por marginais! A menos de cem metros da Delegacia os policiais demoram vinte minutos para fazer o atendimento! Qualquer um que entenda um pouco de segurança, sabe que quem demora vinte minutos para chegar ao local de uma ocorrência não quer resolvê-la, ou por falta de estrutura ou por falta de condições até de enfrentar os bandidos, em plena luz do dia, no centro da cidade que deveria ter o respeito deste Governo, pois é a primeira cidade do interior do Estado do Paraná. Não vou falar dos colégios públicos, dos colégios particulares.

Concedo aparte ao Delegado Bradock, Deputado nesta Casa.

O Sr. Delegado Bradock

Acho que V. Exa. está coberto de razão. Realmente a nossa segurança pública deixa a desejar. E não é só em Londrina, é em Maringá, Ponta Grossa, Curitiba, Cascavel. O que está faltando é gerenciamento da polícia. Infelizmente parece-me, já discutiu-se isso; está faltando comando, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar, ou quem sabe, acima das duas instituições, porque o Governador está procurando acertar, ele, Governador Roberto Requião. Às vezes as ordens não chegam, onde deveriam chegar, talvez por inadimplência, por negligência ou talvez por algum outro caso obscuro. V. Exa. está coberto de razão na questão da segurança. Está muito difícil aceitar e dizer que está certo. O que está certo nós

vimos aqui, defender e lutamos por isso. Agora, quando está errado, eu também me penitencio.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã falo sobre segurança, porque só tenho cinco minutos. E o que me traz hoje a esta tribuna é um assunto extraordinariamente grave e importante, que nós aqui da Assembleia temos que abrir o debate sobre este aspecto.

Como se já não tivéssemos problemas demais no Brasil, como se não bastassem os problemas que o Brasil vem enfrentando por corrupção, denúncias de corrupção, tráfico de influência, mensalão, inclusive denúncias envolvendo a cúpula política do Governo, deparamo-nos agora com o problema da febre aftosa, que põe em risco, na minha avaliação, a soberania brasileira. O Brasil ocupa um lugar destacadíssimo na exportação de carnes. Mas, pelos últimos acontecimentos, corremos o risco de perder esse lugar no comércio internacional. Aí vem a pergunta: seria urucubaca? Urucubaca talvez de um Governo, que através do Ministro Palocci, diz que não faltou recurso para o controle da febre aftosa no país. Se não faltou recurso, teria faltado o quê? Competência na fiscalização, planejamento. Porque o Brasil tem se mostrado muito eficiente em correr atrás do prejuízo. E estamos vendo isso com muita frequência no atual Governo. Sobra discurso e falta planejamento.

O Estado do Paraná, que eu saiba, não recebeu um centavo, uma moeda para manter o Estado do Paraná livre da febre aftosa. No Governo anterior consta-me que havia uma disponibilidade de quatro a seis milhões de reais por ano para o apoio da defesa agropecuária. O que não vem acontecendo no atual Governo. No início de 2004 o Governador Roberto Requião autorizou a contratação de 87 médicos veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas para atuarem em unidades do interior do Paraná, isto entre outras medidas técnicas, administrativas e compra de equipamentos. Mas sem nenhum centavo de recurso do Governo Federal.

Não é um minuto, é que eu estava ouvindo o comentário de V. Exa. A verdade é que o embargo feito por vários países, inclusive pela União Européia em relação à carne brasileira tem a ver, sim, com o Estado do Paraná, porque as perdas, do ponto de vista econômico, já são incomensuráveis. São enormes as perdas. Já passam de um bilhão, se realmente for concluído e embargo desses países, tanto a União Européia, a Rússia, a Indonésia e outros que estão relutando e querem revogar os contratos que tinham com o país, para a compra da nossa carne.

Então, na minha avaliação, trata-se, sim, de uma questão de autonomia da soberania nacional, que estamos enfrentando neste momento. É um assunto que deve ser de interesse de todos nós, desta Casa e não só dos produtores, mas o reflexo direto e indireto dessa questão vai afetar a cada um dos brasileiros e das brasileiras. O Presidente Lula diz que já está sendo controlado, que está absolutamente controlada essa questão da febre aftosa, mas sabemos que há focos de suspeita na região fronteira sul-matogrossense, exatamente com o Paraguai e com o Paraná. Então, até a tarde de ontem, já eram pelo menos cinco as propriedades com animais apresentando sintomas da doença, em Iporã, distante apenas vinte quilômetros da fronteira de Guaira aqui no Paraná.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não teria o aparte, porque estamos nos segundos finais.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Desculpe, colega Deputado.

É preciso que aprofundemos essa discussão, porque não podemos mais continuar com essa política de correr atrás do prejuízo, de correr atrás do leite derramado e vir com enormes justificativas que não condizem, na verdade, com a realidade, porque as informações que temos, é que o Paraná não recebeu nenhum centavo, apesar das cobranças permanentes e sistemáticas do Secretário da Agricultura em relação a essa questão.

É claro que um país que tem um orçamento de 460 bilhões, que sobram apenas dezesseis bilhões para investimentos e que não gastou seis bilhões até agora, alguma coisa está errada. Alguma coisa está errada. Realmente falta planejamento, falta fiscalização, não só nessa questão da febre aftosa que tem o risco direto em todos nós, mas as várias questões nacionais, percebemos que só depois que acontece um acidente, um desastre de tamanha proporção é que começamos a discutir, é que o Governo começa a se bater desesperadamente, como estão fazendo agora no exterior, para ver se mantém os contratos com a Rússia e com a União Européia.

Espero sinceramente que consigam, mas este é um assunto que me põe muito preocupada e certamente a todos nós que estamos aqui, não só aos exportadores, mas porque isso vai ser um tiro certo na nossa questão da economia nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o expediente da Sessão de hoje para discorrer sobre um fato que li nos jornais de hoje. Vi estampado no jornal Gazeta do Povo, na edição de hoje, página 7, onde o Vice-Prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, faz críticas à Administração anterior.

Primeiro, quero deixar bem claro, para que eu não seja entendido errado, logo depois deste pronunciamento, vou ligar para o Luciano Ducci, a quem eu respeito como amigo, como homem público, como político e, acima de tudo, como Vice-Prefeito de Curitiba, porque eu estive engajado também na campanha do Prefeito Beto Richa e, também, do Luciano Ducci, seu vice, que foi Secretário da Saúde do ex-Prefeito Cássio Taniguchi.

Quem conhecia o nosso amigo Luciano Ducci, no Paraná? Poucos ou quase ninguém. Ele se projetou na Secretaria de Saúde da Administração anterior, do Prefeito Cássio Taniguchi, e, pelo conhecimento e pelo trabalho que fez como Secretário, pelos méritos que ele tem o Prefeito Cássio, na época, deu a oportunidade para que o Luciano pudesse fazer esse trabalho.

Agora, não é justo, ele como o nosso ex-colega, aqui na Assembléia Legislativa, hoje como Vice-Prefeito tecer críticas ao ex-Prefeito! Se fosse crítica, Deputado Rafael Greca, até nós entendíamos ser justificado. Qual é o município, qual é o Estado, qual é a nação deste mundo, deste Universo, que não tenha alguns bens de sua propriedade que estejam ruindo, que estejam em condições ruins? Com o passar do tempo todas as obras devem ceder as suas melhoras, assim como o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, fez com o Farol do Saber, que foi construído pelo ex-Prefeito Rafael Greca, que hoje é nosso Deputado, aqui na Assembléia Legislativa, os conservou.

Agora, vem o atual Vice-Prefeito Luciano Ducci, volto a repetir, a quem eu respeito, mas por uma questão de coerência, por uma questão de princípios, acho que ele está sendo injusto com Cássio Taniguchi, a quem o promoveu e quem o ajudou a eleger-se Deputado Estadual. Se ele não fosse Deputado Estadual, não seria candidato a vice-prefeito, e, se ele não fosse Vice-Prefeito não seria o Vice da capital do Estado, hoje, que nós tanto admiramos.

Acho que o Luciano Ducci foi muito infeliz, quando foi à imprensa criticar a administração anterior. Eu conversei com o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, na manhã de hoje, para que não cometesse nenhuma injustiça... Telefonei agora, na questão de cinco minutos atrás, quando ele me disse, ainda, que essas obras que ele tem elencado, receberam melhorias, sim, mas talvez a ferrugem - que ele fala que existe na Ópera de Arame, tem que ser feito, sim, se não por esse prefeito, por outros. Rafael Greca construiu o Farol do Saber; se ninguém mais conservar, o que vai acontecer, Rafael? Vai ruir, desaparecer. A Ópera de Arame, o Jardim Botânico, o Parque Barigüi e tantas outras obras que embelezam a nossa capital paranaense. Diga-se de passagem, Curitiba foi apontada como a primeira cidade em qualidade de vida. A quem se

deve isso? Às administrações passadas, à sua gente, à sua população, aos munícipes de Curitiba, enfim, toda a sociedade. Cada prefeito no passado fez a sua parte.

Agora, nós podemos divergir politicamente, sim, mas por uma questão de justiça, eu venho a esta tribuna e devo fazer a defesa do ex-Prefeito Cássio Taniguchi, porque essas críticas que o atual Vice-Prefeito está fazendo, eu devo, como pefilista, como PFL, como paranaense, como companheiro e amigo, do atual Vice-Prefeito Luciano Ducci, discordar dele. Defendo a administração municipal. Beto Richa é o nosso amigo e companheiro, independente de onde quer que esteja.

Não é admissível quando alguém vai à imprensa e começa a fazer crítica das administrações passadas. Ou será que o atual Vice-Prefeito, não se lembra do eixo metropolitano de Curitiba, que foi assinado e projetado pelo ex-Prefeito e o projeto está pronto, contrato assinado, oitenta milhões de dólares.

Será que o Vice-Prefeito Luciano Ducci, não se lembra do Linhão do Emprego, aqui, que mudou exatamente o Bairro Novo, Sítio Cercado, ou será que ele não se lembra do Plano 1000 que foi instalado aqui em Curitiba, os mil quilômetros de estradas feitas, novas, asfaltadas aqui em Curitiba?

Será que ele não se lembra das ruas recuperadas na nossa Capital, aqui, a Cândido de Abreu, a Mariano Torres, com a remodelação completa da Rua XV e de tantos outros espaços físicos de obras que foram tombadas para o patrimônio histórico, que foram recuperadas? Será que nós só lembramos de algumas obras, ou de alguns bens de Curitiba quando merecem uma reforma? E estas devem ser feitas, sim!

Eu entendo desta forma, porque nós somos passageiros; o Município permanece. Permanecem as nossas ações e os nossos atos. Agora, criticar sim, mas com responsabilidade.

Então, me perdoe o Vice-Prefeito de Curitiba. Eu sei que falo aqui da tribuna, ele está em baixo, não tem condição de se contrapor, mas eu não podia deixar passar em branco no momento em que os jornais estampam no dia de hoje, notícias vinculando exatamente a questão do atual Vice-Prefeito, volto a dizer, a quem eu respeito e estimo, mas devo discordar publicamente, e para que fique registrado aqui na Sessão de hoje a minha discordância. Ele foi à imprensa, teve sua liberdade de fazer a crítica; não sei o que levou a fazer isso. Eu volto a dizer, se não fosse o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, ele não seria Secretário de Saúde; se não o fosse, não seria Deputado; se não o fosse, não seria candidato; se não o fosse, não seria Vice-Prefeito.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu quero cumprimentá-lo pela defesa que faz ao seu companheiro de Partido, ex-Prefeito Cássio Taniguchi.

Quero manifestar também aqui o testemunho de V. Exa., que lá do Oeste também trouxe companheiros para ajudar na eleição do companheiro Beto Richa e do então companheiro, também do meu partido, Luciano Ducci.

Eu quero parabenizar V. Exa. pela oportunidade do discurso, porque existem alguns valores que têm que ser superiores aos interesses políticos e aos projetos pessoais, principalmente quando estamos na esquina de uma eleição, o ano que vem. Eu acredito que a população de Curitiba, do Paraná, merece ter o respeito por alguns valores que são superiores aos interesses eleitorais.

Estimo V. Exa. pelo esforço que fez para que hoje o ex-Deputado Luciano Ducci seja o Vice-Prefeito, em companhia do Beto Richa. Aliás, nós todos que comunhamos de um ideal comum, cada qual à sua maneira, deu a sua cota de participação na eleição de Curitiba, em que foi uma luta desigual, e se não fosse o esforço comum de vários companheiros, de várias siglas partidárias em torno de um objetivo, que era a continuidade inclusive de alguns projetos do ex-Prefeito, em que pese o projeto próprio do Prefeito Beto Richa que tem o seu perfil próprio, mas houve, sim, a ajuda de inúmeros companheiros do interior, entre os quais V. Exa., e tantos outros Deputados do PSDB, do PFL, do PSB, que em caravanas vieram para Curitiba. Eu acredito que a gratidão que nós temos que ter àquelas pessoas, que cada qual à sua maneira, um dia deu a sua contribuição na nossa vida, seja no aspecto profissional, pessoal e político, ela deve ser maior que o interesse político-partidário, e acima do interesse particular de uma eleição.

Parabéns, V. Exa. tem também o meu apoio nesse pronunciamento.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Minha visão é de que a conservação da cidade é intermitente. Tem que ser feita por todos os prefeitos em todo tempo. A rua 24 Horas, a Ópera de Arame, as estufas do Jardim Botânico pela sua própria arquitetura, precisam de permanentes cuidados.

Quando recebi a cidade de Jaime Lerner, tive que mandar arrumar a estufa do Jardim Botânico, a Ópera de Arame chovia mais que em casa de arquiteto. Construção de policarbonato pede uma permanente vedação.

Agora, quanto ao capítulo gratidão, acho uma delícia que o Luciano esteja falando mal do Cássio. Eu elegi Cássio, com toda a minha popularidade enquanto Prefeito, e ele não teve a mesma atenção comigo quando apoiou o Álvaro Dias para Senador e quando me impediu de ser candidato a Governador, pelo PFL.

Nada como um dia depois do outro!

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

V. Exa. tem toda razão em querer criticar seus companheiros, mas foi uma disputa interna. Ninguém lhe

desprezou. Isso faz parte do jogo democrático e um democrata tem que aceitar a decisão da maioria. Mas não adianta, depois que chegar ao poder, querer culpar o passado.

V. Exa. foi feliz quando disse que todos os prefeitos têm que conservar as obras realizadas em determinado município, senão elas vão se perdendo. De quem é o dinheiro? É nosso!

V. Exa. disse que está feliz, mas eu não estou feliz, não! As pessoas que o criticavam, condenavam quando V. Exa. era Ministro de Estado, hoje são seus companheiros! E as pessoas que o defendiam - e eu sou uma delas, que lhe defendi e defenderei sempre como paranaense, porque quando um paranaense ocupa um cargo no Governo Federal ele pertence ao Estado. V. Exa. sabe muito bem quem são essas pessoas. São as que V. Exa. defende hoje! Quem lhe defendeu, V. Exa. critica hoje. Isso também é incoerência.

Eu tenho uma linha, como a maioria aqui tem a sua linha e a sua posição. Cabe o direito à crítica? Cabe a qualquer cidadão, porque hoje é mais fácil trocar de Partido do que trocar de roupa.

Com toda certeza, se tivéssemos a fidelidade partidária, o Deputado Rafael Greca não estaria hoje no PMDB; continuaria com esse grupo que o elegeu Prefeito. E ele ajudou a eleger o Prefeito Cássio!

Isso também tem que ser dito. Todos devem a seus companheiros. E companheiro é coisa que se guarda no coração. Pode romper com ele, mas não discordar das pessoas quando você participou da administração.

Luciano Ducci foi Secretário da Saúde. Volto a dizer, é meu amigo, mas não posso aceitar o que ele está fazendo com o ex-Prefeito Cássio Taniguchi, que o levou à vida pública. Ele não tem esse direito! Está sendo injusto!

São essas as considerações, Sr. Presidente, agradeço. Vou falar, sim, com o Vice-Prefeito.

Concluo, Sr. Presidente: vou falar com ele, sim, vou dizer aquilo que falei, aliás, vou mais longe e vou mandar pessoalmente as notas taquigráficas para o Vice-Prefeito Luciano Ducci, e que ele tome cuidado na próxima vez que for falar com a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Ouvia, no momento em que presidia a Sessão, algumas afirmações da Deputada Elza Correia, em relação ao Governo Federal.

Queria não só esclarecê-la como ao Plenário, sobre alguns temas, até porque não sou especialista, talvez ela conheça muito melhor do que eu essa área da defesa animal e vegetal.

O Deputado Hermas Brandão falava, agora há pouco, ele que foi Secretário da Agricultura, que jamais teve dificuldades na área de defesa animal e vegetal. Vivemos, sim, um problema em nível nacional, que ao contrário do que querem afirmar, não tem origem na falta de recursos; tem origem, sim, na falta eventual de articulação do trabalho de defesa animal e vegetal, que é atribuição, por convênio, dos governos estaduais.

Quero reconhecer uma falha no Governo do PT do Mato Grosso do Sul, que por falta de prestação de contas e apresentação de plano de trabalho, não havia recebido recursos para defesa animal e vegetal.

Pasmem os senhores: no Paraná, dois anos e nove meses após a posse, na semana passada, o Governo do Estado conseguiu fazer a prestação de contas devida. Nesses dois anos e nove meses, o Paraná não recebeu um centavo do Governo Federal, por falha única e exclusiva do Governo do Estado, da falta de prestação de contas de um Governo, de cerca de cinco milhões de reais, assinado por Platini de Moraes e pelo Governo passado.

No mês passado, auditores do Ministério da Agricultura aqui estiveram para equacionar o problema de prestação de contas. Prestadas as contas do ano de 2002, do Governo passado, todos sabem, um Governo tem que prestar contas, seja o que executou o convênio ou aquele que o sucede, para receber os recursos. O Paraná se habilitou, na semana passada, para receber os recursos. É bom reconhecer que, não obstante o não recebimento dos recursos, aqui no Paraná precisamos reconhecer que o trabalho de defesa animal e vegetal é feito; o trabalho de fiscalização das vacinações também, até porque os proprietários têm responsabilidade no processo de vacinação do seu gado.

É espantoso perceber que em uma fazenda com milhares de cabeças de gado, todos sabem, a febre aftosa vai surgindo e, hoje, naquela fazenda, praticamente todo gado tem que ser exterminado, por já ter sido constatada a doença.

Volto a dizer: é um problema de formalidade? Não é! Vinte e dois Estados não puderam receber esses recursos, ou por não prestarem contas ou por não apresentarem o plano de trabalho. É claro que a luta política tudo permite. Aqui, neste Plenário, não fazemos, e os discursos não são única e exclusivamente técnicos, nem mesmo lastreado em fatos e dados.

Mas, a luta política se estabelece. Talvez pudesse ouvir, e a liberdade de opinião é razoável; temos feito aqui os enfrentamentos e embates com a Oposição, com Lideranças do PSDB. Isso é bom porque as coisas ficam mais claras. A novidade são ataques indevidos vindos da Bancada dos nossos companheiros do PMDB. Qualquer mandato tem legitimidade para expressar a sua opinião e eu, por inúmeras vezes, discuti, especialmente com os Deputados Anibelli e Dobrandino, sobre essa questão. Mas, é a grande novidade. É bom que a peleja se estabeleça.

Volto a dizer, é bom que tenhamos presente uma luta política mais heterogênea, não só Oposição e Situação. Até porque, podem ser Situação aqui no Paraná e Oposição a nível nacional e vice-versa, como ocorre com muitos Partidos.

Quero novamente dizer, bom seria essa valentia, essa coerência. Ontem mesmo li uma ação do Ministério Público contra o nepotismo e vi, no passado, aqui, discurso de apoio ao Ministério Público. Apoiamos o Ministério Público não só contra essa balbúrdia, mas também aqui no Paraná. Luta política, sim, com decência e democracia!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Que bom que o Deputado André Vargas me antecedeu. Assim ele me abre a oportunidade de, com mais vontade, discordar de S. Exa. quando ele cita o meu nome e acho que divergir é válido, mas quando presidente da CPI do Pedágio, ele também foi contra o Governador Roberto Requião, e acho que contra todos os paranaenses que não queriam que o pedágio continuasse subindo ou fosse mantido.

Ele aqui se manifestou contra a não aplicação dos 12% na Saúde, citando dados e veementemente contra o Governador Roberto Requião. É seu direito divergir, mas nós, Sr. Presidente, como agropecuaristas que somos e Deputados responsáveis, jamais poderíamos nos calar sobre a incompetência do Governo Federal, quanto ao problema da febre aftosa no Mato Grosso do Sul.

Diz o Deputado André Vargas, que o Paraná não recebeu em dois anos e nove meses, mais de trinta meses, nem um centavo do Governo Federal pela não prestação de contas.

Para mim é surpresa. Poderíamos até convocar alguém que aqui viesse esclarecer, ou fazer um requerimento, mas se a inteligência do Presidente Lula ou do Governo do PT só manda recursos para o Estado para que não tivéssemos um prejuízo de um bilhão de dólares, eles não estavam acostumados a dirigir um botequim de esquina, porque, mesmo sem ter dinheiro, pode-se comprar para investir no futuro.

Qualquer administrador, na esperança de lucros ou de sucesso no seu empreendimento, avança no futuro procurando, como o Governo do Paraná tem feito, reduzindo impostos das micro e pequenas empresas, atraindo para cá, reduzindo tarifa. Para que o Estado mostre ao Brasil o nosso Paraná e por isso o Governador Requião é um dos melhores governadores e dizem até que é o

melhor do Brasil, pela sua astúcia, pela sua vibração e pela sua “não frouxidão”, que é o que temos visto no Presidente Lula.

Deputada Elza.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigado, companheiro.

Se eu não estivesse vacinada contra destemperos e valentias ao microfone, eu poderia ficar até encabulada com o discurso do Deputado André Vargas.

Não precisamos ser especialistas em vários assuntos e temas nacionais, para manifestarmos aqui e cumprir com a nossa obrigação de Parlamentares, de emitir a nossa opinião sobre temas importantes da vida nacional, que afetam o Estado do Paraná.

Portanto, não me atinge essa gritaria, aí sim, indevida, no momento em que estamos em um Parlamento e temos que ter a tranquilidade de recebermos as mais diversas opiniões e tratarmos com equilíbrio a adversidade. Essa não é uma questão que serve para todos, parece, pelo que acabei de ver aqui neste instante. Todo mundo fica muito sereno e bonzinho, desde que você tenha ou finja ter a mesma opinião. Quando você diverge, vem logo a tentativa de desqualificar, como se a luta e a discussão fossem puro embate político e não preocupações com a questão da economia.

V. Exa. aborda uma questão importante. Não me consta que o Governador Roberto Requião faça parte dos governos que deixam de prestar contas dos recursos recebidos, sejam eles de onde for. Quero saber, por que essa acusação foi feita aqui. Sei, sim, baseada em informações técnicas da Secretaria da Agricultura, que o Estado do Paraná se manteve até agora livre da febre aftosa, por única e exclusiva preocupação e responsabilidade do Governo Roberto Requião, com investimentos próprios, inclusive.

Portanto, é importante que se restabeleça a ordem e tranquilidade, aqui no plenário e que não sejamos desqualificados, toda vez em que emitirmos uma opinião contrária ao Governo Federal.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço o seu aparte, Deputada Elza Correia.

Vemos que o nosso ex-companheiro, Deputado Orlando Pessuti, Vice-Governador e Secretário da Agricultura tem demonstrado e dito, em todos os lugares que tem passado, que o Paraná não abriu mão, mesmo sem a falta do repasse dos recursos federais, no problema da erradicação da febre aftosa, contratando gente, comprando carros, fazendo a fiscalização que o Ministério da Agricultura no Brasil não tem, para fiscalizar as fronteiras do Paraguai.

Digo isso, Deputada Elza e companheiros da Assembléia, porque quero, através de um requerimento, também constar a defesa que faz o artigo escrito pelo jornalista Eduardo Piagini, publicada no dia 14 de outubro, na Gazeta do Povo, que diz: pecuaristas reagem à decla-

ração de Lula, de que “a saúde do gado depende do dono”.

O Presidente da República, em Portugal, deve estar apavorado. Mas para tirar o “pepino” do seu governo, ele acha que seria apenas o proprietário, que por coincidência é uma família paranaense, lá do Mato Grosso; procurar tirar o “pepino” do seu governo, para tentar determinar ao público e à Nação brasileira que a culpa é dos pecuaristas.

Dias atrás ele batia no peito e dizia que o Brasil é o maior exportador de carne. É o maior exportador de carne do mundo, pela competência dos pecuaristas do Brasil inteiro: paranaenses, catarinenses, rio-grandenses, paulistas, mineiros, enfim, pela história do nosso País, que é eminentemente agrícola. O destaque é para a agroindústria do Brasil e para os nossos pecuaristas.

Concedo um aparte ao Deputado Zuquinho e depois aos Deputados Kielse e André Vargas.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Anibelli, eu gostaria de agradecer imensamente o aparte que V. Exa. me dá. V. Exa. é um Parlamentar experimentado e sabe dos momentos em que é preciso da intervenção da força pública.

Talvez este momento seja um daqueles em que tenhamos de discutir a questão da agropecuária a fundo: o trigo, lamentavelmente, não tem preço; o leite caiu de preço, a soja, por conta do câmbio, está com o preço lá embaixo; porque os insumos acompanharam o preço do dólar, que abaixou, mas os insumos não abaixaram.

Temos uma situação gravíssima com relação à questão da nossa produção. Vai diminuir a nossa produção para o ano que vem.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Cinco por cento.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Exatamente.

Eu imagino o seguinte: quando a produção brasileira suportou todos os solavancos que deu a questão da economia brasileira, foi muito importante. Foi importante para o superávit primário. Foi importante para o equilíbrio da balança comercial. Foi importante para as divisas que o Brasil criou, porque o Presidente Lula - e qualquer outro Presidente faria o mesmo - viajou sempre levando consigo aquilo que o Brasil produzia, porque era a referência nacional, era a produção.

Agora estamos em uma situação difícilíssima. É preciso que o Presidente não fique achando culpado. O Presidente vai dizer que o culpado é o proprietário! Ora, o proprietário que tem transplante de embrião na sua propriedade, o proprietário que tem uma propriedade-modelo, vai deixar que venha na sua propriedade a febre aftosa?

Só quem não conhece do assunto para falar um troço desse! Então, na verdade, Deputado Anibelli, a

grande realidade é o seguinte: o recurso solicitado pelo Ministério da Agricultura foi atendido na sua totalidade?

Não! Não foi atendido!

Para produzir, para gerar divisas, aí a produção é boa. Agora depois, lamentavelmente ninguém quer arcar com o custo da agropecuária!

Então, gostaria de me somar a V. Exa. na preocupação de discutirmos isso. Não adianta mais arranjar culpados muito menos o produtor. Nós temos que pegar dos órgãos públicos a sua atuação e fazer com que tenhamos a defesa sanitária animal e vegetal com muita responsabilidade, porque agora está se vendo, apenas com relação à carne bovina, o prejuízo que o Brasil está tendo e isso é o início do tempo sombrio na nossa agropecuária.

Parabéns ao vosso pronunciamento!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Zucchi, e lembro a V. Exa. que o Senador Álvaro Dias apresentou no plenário do Senado um requerimento mostrando que o Governo Federal investiu apenas 1.57 do que estava previsto no Orçamento. Um rebanho de mais de duzentas mil cabeças, o Governo liberou apenas 5.53 mil, de um total de 55 milhões previstos para a erradicação da febre aftosa no Brasil! E mais, o Ministro Roberto Rodrigues - que temos divergências quanto aos transgênicos - há um mês atrás, já se indignava pela não liberação de recursos e agora veio dizer que a culpa é do Ministro Palocci, que não liberou os recursos para atendimento da nossa pecuária.

Concedo um aparte ao Deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB) (Aparte)

Deputado Anibelli e Deputada Elza, que não só trouxeram assunto extremamente importante para o momento que o Brasil está passando, mas trouxeram realmente a discórdia que existe entre os Ministros.

Infelizmente, ao invés de eles terem investido no momento certo, nos trouxeram um grande prejuízo. No Paraná, Deputado Anibelli, calcula-se que serão mandados embora de frigoríficos, quase oitocentos funcionários esta semana e se juntar o Brasil inteiro; vão ser mais de vinte mil nesta semana que serão mandados embora, caso a União Européia e os outros países não voltem a comprar do País.

Então, vamos fazer ao contrário. Já que disseram que existia quase cinquenta milhões de uma reserva, por que não gastar essa reserva comprando o gado - uma parte pelo menos, que seja 50% do que seria exportado - e incluir na cesta-básica para ser distribuído?

É um valor agregado que o Brasil não deixa de ganhar, indiretamente, pelos empregos que serão gerados e que também consegue manter o homem do campo. Vim da região de Paranavaí esta semana, onde conhecemos vários companheiros exportadores e eles estão desesperados - não só estavam com um preço abaixo do preço de custo de manutenção, mas hoje já têm reses lá que estão

sendo abandonadas por falta de pasto, porque estão se acumulando, se avolumando e o capital de giro que esses homens de bem tinham, está se esgotando.

Por isso, parabênizo a iniciativa da Deputada Elza e V. Exa.

Estou mandando ao Plenário um pedido ao Ministro da Agricultura para que, ao invés de ficarem brigando entre si, eles que comprem essa reserva da exportação, dando direito àqueles que estavam empregados a se manterem no emprego, pelo menos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Kielse, agradeço o seu aparte e digo a V. Exa. que também representamos a região de Paranavaí e dizer que o preço do boi lá estava a 48 reais; chegou a 57, neste mês de outubro. Estava todo mundo eufórico com a previsão da arroba chegar a sessenta reais, e agora acontece uma catástrofe destas, em que todos os pecuaristas deste País se vêem frustrados com a arroba caindo lá em baixo, dispensando empregados, fechando frigoríficos. Aonde vai a nossa produção?

Lembro-me, na época da revolução, maldita Revolução de 64, o Ministro da Agricultura, Delfim Neto, que hoje já está no PMDB, fazia estoque regulador. O Governo comprava a carne que não podia exportar e não podia ser consumida no mercado interno e fazia uma estocagem em grandes frigoríficos, para que tivesse estoque regulador como na entressafra. Existe possibilidade!

Esperamos que o Presidente Lula, o Ministro Roberto Rodrigues e o Palocci tenham a inteligência de não culpar o dono da fazenda, mas sim, de achar a solução para todos os pecuaristas do Brasil.

Com aparte, Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Anibelli, fiz uma afirmação e gostaria então de ser refutado pelos dados.

Estou dizendo que no Paraná, como ocorre em mais de uma dezena ou quase duas dezenas de estados, há a disponibilização do recurso orçamentário e não há a possibilidade de execução orçamentária.

Queria rapidamente dizer, somos aqui todos Deputados, votamos o Orçamento e sabemos o que é isso, todos devem saber! A disponibilização orçamentária está na ordem de 60%. A execução orçamentária depende do Estado para que ele possa fazer um convênio. O Governo Federal estava impedido, até o mês passado, de passar o recurso anual para o Paraná por falha de quem?

Quero primeiro fazer justiça, do Governo passado que não aplicou correta e adequadamente o recurso, mas, dois anos e nove meses depois, o Governo do Paraná conseguiu fazer a prestação de contas e agora está habilitado para receber o recurso de defesa animal.

Mais do que isso, refutem seu eu estiver errado; reconhecerei, refutem, mais do que isso quero dizer: no Mato Grosso do Sul, paralelamente aos problemas de contrabando que o Deputado Bradock tem colocado e

hoje está na imprensa, problemas que também são do Governo Federal e do Governo do Estado, ocorre que, mesmo não tendo recebido o recurso, talvez não tenha tomado os procedimentos que aqui no Paraná, sem recurso federal, não por falta e falha do Governo Federal, vamos reconhecer e é preciso ser refutado pelos dados e fatos, o recurso de fato não chegou aqui por falha do nosso Estado, do Governo anterior, muito mais, e deste Governo por dois anos e nove meses, mas foi feito o dever de casa! Lá não foi feito, infelizmente!

V. Exa. não pode jogar a responsabilidade só no Lula e só no Palocci; é preciso ter a responsabilidade compartilhada!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

O Presidente Lula, em quem eu votei e ainda não me arrependi - porque a cada dia que passa eu me arrependo, vai chegar o dia que eu vou dizer: hoje eu me arrependo! Acho que erramos, mas quero dizer que V. Exa. faça um requerimento pedindo informação; eu quero ser subscritor do mesmo, para sabermos se o Governo do Paraná não prestou contas!

Quero ser um pouquinho mais radical que V. Exa.: será que o “aerolula” estava no orçamento da República para ser comprado? Será que não poderia, em vez do “aerolula”, ter mandado distribuir o dinheiro para todos os Governos estaduais, Deputado André Vargas?

O Sr. André Vargas (PT)

O Requião comprou avião ou não?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não sei, ele pode ter comprado; se comprou, não foi incompetente como o Lula de não ter repassado o dinheiro.

Com o aparte, o Deputado Rafael Greca, em seguida o Rossoni e depois Marcos Isfer.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero lembrar que este ano o Governo Federal vai pagar de serviços do juro da dívida, 157 bilhões de reais. Quero lembrar também que o ano passado eles tiraram do País, 40% do Produto Interno Bruto, de tudo que é produzido, de toda a riqueza acumulada no País, e devolveram em forma de investimentos, incluído o aerolula apenas 2%. Quero lembrar que o Mato Grosso do Sul tem por Governador o Zeca do PT, PT até no nome e no sobrenome. Quero lembrar que eldorado da desgraça é do Estado do Zeca do PT.

Quero lembrar também que o Brasil está perdendo os mercados; mataram o nosso bezerro de ouro. Se não me engano, são 42 os países até agora que cancelaram por restrições fitossanitárias, a compra de carne do Brasil. E quero lembrar que só tem uma saída: no meu ponto de vista, o que não se compartilha se perde, fazerem muito churrasco para o povo brasileiro.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. referiu-se ao Zeca do PT, o Governador do Mato Grosso do Sul. V. Exa. e esta Casa sabem que ele não está mais usando o nome Zeca do PT? Apenas José Orcírio, não sei se é de Moraes ou de que seja aquela coisa, mas talvez o nome PT para ele lá no Mato Grosso do Sul, não esteja servindo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Vamos mudar o nome do Zeca do PT e vamos colocar Zeca do Mensalão. Fica mais simpático. Deputado Anibelli.

Vejo, aqui, o Deputado André Vargas atribuir culpa a um Governo que terminou há três anos. É um absurdo para quem conhece aftosa! Até ia pedir se em burro dá aftosa, não sei, acredito que não dê.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Então pelo menos esse animal vai estar presente e não tem nenhum desequilíbrio. Mas é importante lembrar o seguinte, pela fala do ilustre Presidente do PT e até, em vez de estar fazendo esse discurso em voz tão alta, estridente nos nossos ouvidos, deveria estar assistindo neste momento a TV para ver quantos Deputados do PT vão renunciar até às seis horas da tarde, envolvidos no mar de lama que está lá em Brasília.

Mas, a grande verdade é o seguinte: quando a balança comercial dá um superávit de milhões de dólares, de quem é a glória? Do Governo Federal. Aí, quando há um problema sanitário, não é do Presidente Lula, é dos pecuaristas! Aquele que produz, só leva culpa! Este Brasil, se hoje tem a balança comercial que tem, é graças a quem trabalha!

É uma pena que quem governa o Brasil hoje nunca produziu nada! Nunca tocou um boteco de banana na esquina, nunca gerou um emprego neste País! Por esta razão o Brasil está nesta situação.

Agradeço pelo aparte.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço e lembro que a taxa de juros de 19,5 é impossível para quem quer progredir e avançar neste País.

O Sr. Marcos Isfer (PPS) (Aparte)

Apenas para lembrar, Deputado Anibelli, no seu pronunciamento, que há três anos o Estado do Paraná pedia veterinários para a Vigilância Sanitária. Era a previsão: 75 profissionais dessa área para atender justamente o setor de exportação e o setor de controle de doenças da zoonose. Vinte e cinco foram as vagas dadas ao Paraná. Sabem quantos foram contratados para trabalhar até esse momento? Sete! Sete para o Estado do Paraná como um todo.

Então, é um desleixo com a área da vigilância sanitária. O próprio Delegado do Ministério da Agricultura sabe que o que dizemos aqui é verdade, porque foi ele mesmo quem apresentou os números e as necessidades que o Estado do Paraná teria.

Fica muito difícil falar em controle sem ter profissionais para trabalhar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu agradeço, Deputado Marcos Isfer, e este é um exemplo que pula aos nossos olhos, do não atendimento a uma coisa séria, que é a sanidade animal neste país.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Anibelli, quero agradecer a possibilidade do aparte. Quero dizer a V. Exa. e aos Deputados que estão discutindo esse tema, que, dada a importância da febre aftosa na economia, sobretudo na pecuária brasileira, o Brasil tem o maior rebanho de gado do mundo e é o maior exportador.

Dada a gravidade e importância, talvez agora, com esse fato econômico, possamos tirar proveito de abrir essa discussão do Ministério da Fazenda, da importância que devemos ter no sentido de fazer uma política macroeconômica que preserve os fundamentos da economia do País, mas que privilegie investimentos na área social e na área de desenvolvimento do nosso país. Em parte, compartilho da opinião de V. Exa, da Deputada Elza e de outros Deputados e, em parte, não.

Qual é a parte que eu compartilho? Eu acho que a política econômica não deve ser seguida tal qual ela está sendo seguida hoje. O dólar deve estar sob controle, a inflação deve estar sob controle, mas os superávits primários, para pagar essa enormidade de juros que nós pagamos, poderia e deve ser menor, para que esse dinheiro possa reverter em educação e desenvolvimento da estrutura do nosso país.

Esse é um debate aberto hoje, na sociedade brasileira; é um debate que deve ser feito daqui para frente em relação à política econômica do Governo Lula, e quero discordar de alguns números e de algumas teses.

O Paraná vem se desenvolvendo nos últimos três anos. O PIB industrial cresce, o PIB da agropecuária cresce, o PIB do comércio cresce. Aí, eu vejo o Governo do Estado do Paraná fazer uma propaganda que aqui no Estado do Paraná, o Porto de Paranaguá cresce e que o Paraná cresce e esses índices são ótimos. Mas, esperem aí! São ótimos mesmo! Isso é devido a gestão que o Governador faz, que é uma gestão correta, austera e aplica corretamente, mas também é devido a uma dinâmica da política nacional que o Governo vem fazendo aí nesses últimos três anos.

O Governo Lula tem acertos que ninguém pode questionar. Não é verdade o que o Deputado Rossoni afirma aqui. Não é apenas porque quem produz, é que a

coisa estão dando certo. A política econômica que tem gerado emprego não é a mesma política econômica do Partido dele, que governou o País por oito anos e deixou com taxa de crescimento de 2,2 em média. Só em um ano, conseguiu 4,7 no nosso Governo. Estamos já no terceiro ano e vamos entrar no quarto ano e faremos uma média de 3,5. Em 25 anos isso não existia no Brasil! Isto é bom para o Brasil. É acerto da política econômica do Lula? É acerto. Tem que ser reconduzida para outro trilho? Eu acho que tem, mas tem acertos também.

Então, o que é bom e o que acontece conosco no nosso Estado, é só fruto da nossa competência, não é da competência do Governo estadual. Quero dizer que as coisas estão umas ligadas às outras. Então, os acertos da política econômica aqui também são ligados à política econômica do Governo Federal.

Era só isso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Deputado Vanhoni, claro que todos nós sabemos que, mesmo com os governos que nós temos, o País cresce. Jamais nós viríamos à tribuna dizer que o Governo Fernando Henrique não teve acertos e não teve erros e que o Governo Lula não teve acertos e não teve erros. Eu declarei daqui que ainda não me arrependi totalmente de ter votado no Presidente Lula. Claro que existem acertos, mas nós vemos a burocracia campear neste país.

Vejamos as nossas estradas, saindo um pouco da aftosa. Nós vemos a ponte de Capivari-Cachoeira, nós vemos as nossas BRs, os buracos, a desgraça que existe neste país. Nós temos que parar para pensar, procurar os partidos de oposição, sentarmos, esquecermos o problema do mensalão, ou termos uma conclusão definitiva nesse negócio e o Congresso Nacional passar a trabalhar para que este país valorize os trabalhadores, os pecuaristas, os funcionários públicos, os caminhoneiros, os agricultores, enfim, a sociedade brasileira, que não pode ficar manipulada pela versão do Congresso Nacional e esquecer dos problemas que aí estão a desmoralizar o País.

O nosso Brasil nunca esteve tão desmoralizado no nível de exportação. Nós chegamos ao cume da exportação. Mesmo com o problema que houve no Pará, no ano passado, nós conseguimos dar a volta por cima.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Poderá usar o tempo do PMDB, Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. é tão radical no tempo, Deputado.

Peço-lhe mais trinta segundos, para encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Já concedi um minuto, e agora trinta segundos, Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu agradeço à sua inteligência.

Nós, agora vamos unir, vamos sair, se Deus quiser, dessa crise. Vamos dar a volta por cima, pois o nosso povo é muito competente. Espero que o Governo não atrapalhe.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados que me apartearam, dizendo que voltaremos a esse tema amanhã. Daí, teremos mais trinta minutos.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Horário das Lideranças, PT, PSDB e PMDB.
Dez minutos para o PMDB.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Vou usar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente. Deputado Anibelli.

Pode ser antecipado o horário do PMDB, mas depois que fosse reservado o Horário do PSDB, porque nós éramos antes, mas não há nenhum problema de alternância.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Inscreverei V. Exa. e também o Deputado Líder do PT, Tadeu Veneri.

Pela Ordem, Deputado Tadeu Veneri.

Suspendo a Sessão por três minutos, para receber os nossos ilustres convidados, a comitiva da China, que se faz presente nesta Casa de Leis ciceroneados pelo Presidente Hermas Brandão e pelo Deputado André Vargas.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Reaberta a Sessão.

Com a palavra, por dez minutos, usando da Liderança do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não quero entrar na discussão feita aqui, iniciada pelo Deputado Anibelli, porque me parece, Deputado Anibelli, que há um consenso entre nós, que a gravidade do problema que temos hoje, não no Mato Grosso, apenas, mas por extensão do Brasil todo, deve tomar uma atenção de todas as pessoas que pretendem, pelo menos fazer um debate sério a respeito desse problema, sem buscar, absolutamente, transformá-lo em uma questão apenas política. Eu falo, apenas em uma questão política,

porque em outro momentos já tivemos situações semelhantes, o senhor lembrou o ano passado, no Pará, e eu lembro que no Governo Fernando Henrique nós tivemos no Rio Grande do Sul uma situação semelhante, quando Jóia, me parece que é esse o nome do município no Rio Grande do Sul, teve também um foco de febre aftosa. Tivemos inúmeros problemas, depois, de exportação, e contornamos esses problemas.

Agora, o que eu não posso entender é como aqueles que sempre aplaudiram o Ministro Roberto Rodrigues, e que parte do nosso Partido inclusive foi contrária, o Deputado André Vargas sabe disso, que sempre aplaudiram, os setores inclusive produtores, que sempre aplaudiram o Ministro Roberto Rodrigues, hoje são os primeiros a fazer a crítica do Partido como um todo!

Então, há que se pensar se, na hora que as coisas estão caminhando bem, como todos estão juntos. Na hora que há um problema, nós não queremos que todos estejam juntos, absolutamente, porque é direito, é legítimo e é bom que hajam as críticas. Agora, nós do Partido dos Trabalhadores não vamos aceitar partidizar essas críticas, porque senão parece-me que vamos começar a ter outros problemas na sequência.

Falava com o Presidente aqui, há pouco - que é da área também - e há uma preocupação hoje com a gripe aviária. Quero lembrar também que temos - e foi dito aqui pelo Deputado Ângelo Vanhoni - acertos e erros. Sem dúvida nenhuma, temos inúmeros acertos no Paraná.

Não quero, em absoluto, fazer nenhum tipo de previsão, Deputado Anibelli, mas quando houve a autarquização da Emater, aqui, uma das propostas é que tivéssemos mil técnicos contratados; não tivemos ninguém até agora. Espero que possamos tê-los. A outra proposta é que tivéssemos o plano de cargos, carreiras e salários e o pagamento dos precatórios, para não se transformar em precatório da dívida dos dois dissídios antes de fazermos qualquer movimento. Já se vão mais de dois meses. Entendo que é difícil - e o senhor já foi ligado diretamente ao Governo, sabe - que não é da noite para o dia que se resolve essas coisas.

Assim como o Iapar, também estamos com problemas e não conseguimos resolver, e acho que tanto o senhor como toda a Bancada do PMDB, Deputado André Vargas, Deputada Elza Correia, que são de Londrina, tem a maior intenção de resolver o problema do Iapar. Apesar da boa vontade, estamos com o Iapar há dez anos, sangrando.

Dias atrás ouvi um discurso feito pelo Governador Roberto Requião onde apontava, antes da autarquização da Emater, que o problema era com algumas pessoas da Emater e do Iapar, canalhas.

Quando se trabalha nessa direção acabamos criando mais fumaça. É corretíssima a reclamação dos pecuaristas hoje. Não podemos deixar que de um saldo de cem milhões, sejam aplicados apenas vinte. Precisamos saber o porquê de serem aplicados apenas vinte.

Por último, respeito muito o Deputado Valdir Rossoni. Ontem o Luiz Nassif apontou uma preocupação que esteja ressurgindo no Brasil um movimento que, segundo ele, estaria já afastado da política desde o final da década de setenta: uma Direita raivosa, que a todo custo e a qualquer preço pretende que sejam todos os dias colocados os fatos que possam vir a criar uma situação onde o governo federal, mas não apenas o PT - todos aqueles que acreditam numa outra perspectiva de país, não possam sobreviver.

É importante fazer esse debate. Quando nominamos o Zeca do PT de "Zeca do mensalão", podemos começar a chamar "Azeredo do mensalão". Chamar o Brando de "Brando do mensalão". Chamar Fernando Henrique de comprar votos para a reeleição. Por aí vai. Isso não ajuda!

Se fizermos um debate sobre corrupção será bom para todos. Não sou daqueles que não deve debater. Não tenho dúvida, muitos daqueles que posam de vestais, num debate aprofundado, provavelmente teremos muito pano para manga.

A CPI do Banestado tem uma história para contar e não contou. As outras CPI's podem contar. Agora, a presção pública deve existir.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

O debate é legítimo, seja ele em que tom se estabelecer. Não se pode fugir da verdade.

Lamento muito que estejamos vivendo uma crise nessa proporção. A sua amplificação não tem origem nos fatos; tem origem na luta política.

O que observei aqui é que o PMDB esteja fazendo uma opção: fazer a luta política a partir da interpretação dos fatos, e tentei estabelecer aqui a verdade, com os fatos, porque é assim que o debate fica racional.

A luta política está ficando deletéria neste país. Dois partidos importantes, o PT e o PSDB, estão na luta do vale-tudo, envolvendo todo o Parlamento. Isso não vai nos levar a um bom termo. Deixaremos de debater os 12% da saúde. Deixaremos de debater, efetivamente, a aplicação dos recursos em educação básica; deixaremos de reconhecer qualidades seja do Governo do PMDB, seja do Governo do PT, porque o Governo não é do PMDB nem do PT, o Governo é do Paraná e o Governo é do Brasil.

Nós Parlamentares precisamos, sim, ter cada um o seu estilo, mas entender que isso passa - PT/PMDB - mas temos tarefas para apontar os erros, sim, reconhecer os erros, sim, mas reconhecer as qualidades. É comum ouvirmos o Governador, por exemplo, dizer que o Governo Federal virou as costas para o Paraná - o que é faltar com a verdade: meio bilhão para saúde; setecentos milhões na assistência; dois bilhões e meio de dólares em Araucária; recursos e pavimentação no Vale da Ribeira; investimentos tantos outros em cidades.

Há pouco, o Traiano brincava que se depender do Governo Federal, nenhuma obra sairá. Em Londrina e em Curitiba, com a regulação do Chapinhal - Curitiba é administrada pelo PSDB, o Governo municipal faz com recursos do Governo Federal. Precisa dizer, precisa reconhecer, porque senão é só luta política e, nesse padrão, nós também saberemos fazer a luta política.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Só para concluir: acho que é bom ouvir, Deputado Rossoni, os argumentos. Tenho aqui dois anos e meio, muito menos do que a maioria dos Deputados que estão aqui, e tenho ouvido, o senhor sabe disso, tenho ouvido mais do que falado, muito mais ouço do que falo, diferentemente do que fazia na Câmara, porque acho que pessoas experientes, como o senhor e outros Deputados, podem nos ensinar, até porque o senhor foi Líder do Governo Jaime Lerner, o senhor teve uma linha de trabalho na CPI da Copel.

Lembro, por exemplo, quando estivemos com o ex-Presidente Ingo - está nas notas taquigráficas, o senhor foi lá e claramente disse ao Ingo que estava ali para defendê-lo. Respeito esse posicionamento, porque não é só nas horas em que a onda está vindo favorável que devemos estar nela; devemos estar nela por convicção, independente do lado que ela vá. Então, acredito que devemos fazer o debate.

Só para encerrar, queria apenas dez segundos, Sr. Presidente. O senhor citou que hoje alguns Deputados devem renunciar e quero colocar aqui que aquele que renuncia não deveria ter legenda para retornar. Sempre defendemos isso. Eu, particularmente, acho que nem o Ronnie Von e nenhum Deputado deveria ter, se fizer essa posição de ter legenda para retornar pelo mesmo Partido.

Obrigado, Sr. Presidente!

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi o Deputado Tadeu Veneri fazer um pronunciamento aqui, e quero cumprimentá-lo. Cumprimentá-lo até pela forma com que ele o fez. Não parece que V. Exa. tem dois anos e meio aqui, parece que tem vinte anos, porque V. Exa. mantém o tom de voz, faz com que esse tom de voz seja escutado, faz com que escutemos, tem sido coerente nas suas posições. É claro que é uma posição desconfortável. Quantas vezes eu também defendi o indefensável e, depois até me senti traído, porque fiz algo que hoje eu não faria.

V. Exa. falou algumas questões que não aceita. O que eu não aceito é que um Parlamentar suba na tribuna -

se for problema de som, culpo o som - mas vem primeiro e agride o Governo do Estado, depois aparteia e diz que é culpa do Governo anterior. Ora, quando um Governo termina, quem tem que prestar contas do último é o Governo que assume. Faz apenas três anos que o Governo atual assumiu. Então, se não houve prestação de contas, tem a ver com este Governo! Não estou dizendo que não prestou conta e nem quero dizer que prestou, porque, até pelo que estou vendo, vão pedir informações.

O que disse aqui e retiro, é que o Zeca do PT anunciou nos meios de comunicação que vai trocar de nome para fazer a sua próxima campanha. Ele não quer mais ser chamado "Zeca do PT".

E eu realmente extrapolei. Peço desculpas, por ter colocado a questão do mensalão. Ele vai ser o Zeca Otacílio não sei do quê, mas tira o PT.

A grande dúvida que fica para nós, aqui, Deputado Tadeu, V. Exa. tem sido um excelente Parlamentar, parece que V. Exas. estão esquecendo o que aconteceu no último ano no Brasil. Estamos discutindo o Brasil de hoje. Isso não é normal! Até as seis horas da tarde não sabemos quantos Parlamentares vão renunciar, pelo mar de lama que tomou conta do PT!

Espera aí! Ou cometi um equívoco em dizer PT? Dizem que o Lula não sabia de nada! Tudo o que aconteceu no Brasil de ruim, o Presidente Lula não tem conhecimento...

Veja V. Exa. O Silvinho e o Delúbio eram os principais companheiros do Lula antes de ele ser o Presidente da República. Todos nós sabemos, através da imprensa, que quem mais visitava a Granja do Torto para visitar o Presidente Lula, eram o Delúbio e o Silvinho, e aí, o Presidente Lula não está sabendo!

Então, o que estamos aqui discutindo? E por esta razão, daí, entra na questão partidária.

Na verdade, o que V. Exas. estão querendo é transformar todos em iguais. Porque o PSDB tem o Eduardo Azeredo, então o PSDB não presta? Porque o PMDB tem o Borba, também não?

Espera aí! É muito diferente! Cada caso é um caso! O caso do PMDB, o caso do PSDB, o caso do PFL, estes são casos isolados e devem ser punidos! Não somos nós que estamos querendo transformar o Congresso Nacional numa grande pizza. E a pizza começar a ser formatada no dia de hoje, com as renúncias que vão acontecer, porque, quem não deve, não renuncia!

Quanto à questão da aftosa, ora, todos sabemos que não se constrói um país da noite para o dia. "Brasil auto-suficiente em petróleo". Vamos render homenagens aqui a Getúlio Vargas e a todos os Presidentes da República que governaram este país e que nunca deixaram de investir na Petrobras. Hoje o Brasil colhe os frutos graças a um trabalho contínuo de muitos anos.

Aí, o Brasil começa a exportar muito. Queremos dizer aos senhores, e somos exportadores, isso não é fruto de um governo. É de dois, três, quatro governos, que este Brasil vem sendo preparado. Na verdade, preparado para

exportar, mas na infra-estrutura, na verdade, todos os governos falharam, inclusive este, porque os nossos portos e as nossas rodovias estão numa situação precária.

Não há como e não vai haver debate aqui, quando dizem o seguinte: “porque se nós discutirmos a questão da corrupção, vamos esquecer a questão da saúde. Não! Vamos discutir o problema da corrupção e também a aplicação dos recursos em saúde!

Sr. Presidente, antes de concluir o meu pronunciamento, quero dizer a V. Exa. que tenho uma Questão de Ordem para ser levantada. Vou fazer isso no Horário da Liderança da Oposição. Preciso ter, se possível, o posicionamento da Mesa, em uma questão que é atribuída ao parlamentar. O nosso trabalho é de fiscalização.

Acredito que se nós aqui travarmos o debate, ou no campo da corrupção, ou no campo técnico, ou em qualquer campo, desde que cada um tenha a sua idéia e possa defendê-la, não tem nenhum problema. Não precisamos alterar a voz. O que me preocupa é quando V. Exas. querem colocar um carimbo em alguém, alegando que ele é de direita. Aí, é um julgamento de V. Exa. Hoje, no Brasil essa questão de direita, de esquerda, de Muro de Berlim ou não sei do quê, não existe mais! A grande questão agora é, quem é quem na política.

O nosso partido quando governou o País, teve casos de corrupção, mas teve um Presidente da República que sempre nas crises saiu fortalecido. Querer taxar agora o governo Fernando Henrique de direita - pergunto aos senhores, será que tudo é direita? O caso Celso Daniel que estremece os brasileiros - meus amigos, Deputado Luiz Carlos Martins -, é uma coisa de assombrar o País e é uma prática antiga e que precisa ser explicada aos brasileiros. Estamos aqui para discutir esse debate. Ou senão, para não causar trauma ao PT, nós vamos fazer aqui um requerimento aos jornais e às revistas de circulação nacional, para que não façam mais críticas ao PT, da forma como estão fazendo.

Por essa razão, Srs. Deputados, acredito que a questão da aftosa é o símbolo da incompetência do Governo. Todos nós sabemos que quando o Brasil exporta bastante, as glórias são do Governo. Agora que o Brasil toma um prejuízo dessas dimensões, a culpa é do pecuarista e do trabalhador! Nunca é culpa do PT! Nunca é culpa do Governo Lula, inclusive a corrupção que está instalada neste País, que começou com o Celso Daniel e que precisa ser explicada! Morre todo dia gente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A questão levantada pela Deputada Elza com relação à febre aftosa, os prejuízos que ela possa estar provocando à nossa pecuária, tem fundamento. Não tem porque dizer aqui de partidização.

O partido que nós estamos olhando nesse momento é o agronegócio, são as exportações que somam mais de dois bilhões e meio de reais - pretendia-se que somasse este ano e que até agosto somou um bilhão, 780 milhões de dólares e que, com certeza, não teremos esses desempenhos nos próximos meses. O que se faz aqui é o que muitos “PTs da gema” criticam em relação à política econômica do Governo, que estrangula a própria máquina administrativa do Governo do qual presidem, para gerar superávit. Antes, se queixaram de superávit de dois e meio, três, três e meio e este ano vai gerar 4.7 de superávit primário.

Essa é a razão! É a falta de recursos para que a máquina possa cumprir o seu mandato. Em 2004 a área animal tinha 31 milhões de reais para ser aplicado e o Governo conseguiu liberar 92, orçamentariamente, mas não conseguiu aplicar 64%, não mais. E este ano de 2005, o que nós temos é um Orçamento de 68 milhões, dos quais até junho tinha apenas 0,41% aplicado. Então, o que é?

O que se queixa, o que se coloca aqui não é uma crítica à administração do PT, mas é à condução da política econômica, tão amplamente criticada. Quando nós olhamos os números, entendemos que o Tribunal de Contas da União, isento, sem nenhum partido, fez uma auditoria e já constatava no primeiro semestre que não existia a efetiva fiscalização em nove estados. Nós temos a preocupação - e ela é patente, é evidente - que em nove estados poderá retornar a febre aftosa, como no ano passado retornou no Pará, provocando igual prejuízo ao agronegócio e especialmente à pecuária nacional.

Nós não estamos falando aqui de Partido; estamos falando de interesse nacional. Agora, não pode querer colocar a Casa ou qualquer mundo político em uma camisa-de-força, que não pode sofrer críticas. A crítica é do processo político, a crítica é do processo democrático e nós não podemos, de forma alguma, nos sentirmos acusados, porque foi o fato.

O Tribunal de Contas está a denunciar os estados do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e a Bahia como estados que - já previsto, Deputado Milton Pupio, V. Exa. que é pecuarista - agora para o segundo semestre, já estava previsto o surto de febre aftosa nos três Estados. E qual é a justificativa que o Tribunal de Contas da União traz?

Falta de investimentos, falta de recurso, falta de liberação de verbas para acompanhar a fiscalização e especialmente no Mato Grosso do Sul! Reconhecemos as dificuldades da saúde animal no Mato Grosso do Sul, no Estado do Acre, no Mato Grosso, porque têm uma fronteira muito grande com a Bolívia e com o Paraguai e é difícil controlar, mas muito mais difícil fica ainda, se não tivermos os recursos, Deputados Anibelli!

Foi por isso que a Deputada Elza Correia veio a esta tribuna nesta tarde, para trazer essas questões, e o Tribunal - quem quiser ler é só procurar o relatório - traz mais ainda. Traz que ao lado dessa situação de trânsito fácil e irregular dos animais desses estados, também tem o narcotráfico, tem o tráfico de armas, que lá não tem o policiamento para fazer a fiscalização. É só ler, o relatório está lá, no Tribunal de Contas da União!

Então, por esta razão é que nós precisamos discutir as questões aqui com grandeza e entendimento. Até se nós pudéssemos contribuir, encaminhar um expediente do Governo do Estado, da nossa Casa, ao Ministério da Agricultura. E mais ainda, não é nenhum PSDB, nenhum PMDB, não é nem um PFL ninguém que está fazendo a crítica pela liberação de verbas e queixando pela não liberação de verbas; é o próprio Ministro Rodrigues que tem, reiteradas vezes, colocado que não está liberando recursos e que precisam ser liberados.

Por esta razão é que vejo que a discussão não pode ser histórica, não; ela tem que produzir e tem que dar uma consequência, que é tornar o fato do conhecimento da sociedade.

Com o aparte Deputado Miltinho Pupio.

O Sr. Miltinho Pupio (PT)

Deputado Jose Maria, estou ouvindo o seu pronunciamento e, modéstia à parte, é de uma área que conhecemos um pouco, que é a da aftosa.

Concordo com o senhor que eu não vou culpar e não devemos culpar nenhum Partido e nenhum governo, porque essa febre aftosa que está dando em Eldorado do Mato Grosso é uma febre aftosa que vem do Paraguai. O gado do Paraguai não é vacinado normalmente como o nosso, até porque lá não tem um trabalho de conscientização com as propriedades, com os produtores, com os pecuaristas que é necessário: a vacinação do seu gado.

Como aquela região do Mato Grosso do Sul divisa com o Paraguai e passa gado do Paraguai para o Brasil e também do Brasil para o Paraguai, pois ali é uma divisa seca que começa em Guaíra e vai até o Pantanal, tudo divisa seca, quer dizer que é difícil o controle!

Outra questão. Não precisa fabricar outra vacina diferenciada ou outro nome de vacina para combater a febre aftosa. Essa vacina é boa, então não é o problema do laboratório; o problema é do vizinho, que não vacina.

Num programa de televisão, na sexta-feira, eu fiz um comentário a respeito desse caso da febre aftosa. No Mato Grosso do Sul, não me lembro se há um ou dois anos atrás, nessa mesma propriedade teve febre aftosa. Quer dizer, então tem que haver é o controle da fronteira. Agora, o Governo Federal pode fazer, o que pode fazer uma parceria ou um comodato, não sei qual o nome aqui, com o Governo do Mato Grosso do Sul para fazer, lá na fronteira, uma fiscalização intensiva para não deixar entrar o gado do Paraguai. Mesmo assim é muito

difícil segurar porque, não sei se todos entendem ou conhecem, a febre aftosa é um vírus que viaja, não passa do animal, vai pelo ar. Como está perto, ele chega até os outros animais.

Dizem que apareceu mais um município, Deputado Rossoni, eu acho que vão aparecer outros mais, ainda, porque em Cândido Rondon ou Toledo, está tendo uma exposição lá e o gado está preso, porque tinha três animais que vieram de Mato Grosso do Sul, animais de cabresto, animais de pavilhão, e por causa desses animais terem vindo de Mato Grosso do Sul, estão todos os animais presos; devem ser liberados na próxima sexta-feira.

Quer dizer, precisa ser tomada alguma providência principalmente no Mato Grosso do Sul, ou o Governo brasileiro fazer um contato com o Governo do Paraguai, até investir, talvez o Brasil fazer uma parceria para montar uma fiscalização ou até uma vacinação efetiva no Paraguai.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Consulto o Deputado Anibelli se poderei usar o Horário da Liderança do Governo?

(Assentimento)

Só para complementar, as colocações do Deputado Miltinho Pupio, o Brasil tem setecentos quilômetros de fronteiras secas, ali naquela região são comercializadas, por mês, quinhentas reses de corda, aquelas que não têm nenhum tratamento, nenhuma fiscalização fitossanitária animal. Então, por esta razão fica muito difícil controlar. Agora, se temos uma dificuldade instalada, sabemos onde está e como é que ela se propaga e como é que ela se manifesta. Cabe ao Governo colocar estrutura governamental para fazer a fiscalização para acudir a questão, que é grave. Senão, nós estaremos disseminando para o País inteiro o problema da febre aftosa, sem que isso seja necessário. Por quê? Simplesmente por falta de aplicação de recursos, de uma política efetiva de controle da aftosa.

Recentemente as lideranças agropecuárias sugeriram que num esforço conjunto entre os pecuaristas e o Governo central e os Governos estaduais afetados fizessem um esforço para combater a febre aftosa a nível regional.

Esta é a situação. Sabemos que o Paraguai não vai combater, sabemos que a Bolívia não vai combater, sabemos que o Uruguai tem problema, apesar de ter um plan-tel extremamente apurado, tem as mesmas dificuldades no controle de aftosa. O que temos que fazer? Estender a mão! A iniciativa privada já estendeu ao Governo, mas não encontrou a resposta, porque parece que não há preocupação quando não tem problema. O aperto do caixa é tão grande e é tão efetivo que não sobra espaço para contratação e para fazer com que essas pessoas possam efetivamente concluir o seu papel fiscalizador.

Com aparte o Sr. Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

O senhor fez aqui um relato sobre o parecer do Tribunal de Contas da União. Fiz aqui uma afirmação. Em 2004, o Paraná estava habilitado a receber 980 mil reais, que seria mais ou menos uns 35% do orçamento próprio para defesa animal; 2005, um milhão e 71. E este ano vai receber um milhão e meio, porque agora teve a prestação de contas.

O raciocínio que faço, sempre tenho dito que debatemos muito assuntos nacionais e somos Deputados Estaduais e acho que temos que debater também assuntos estaduais. Mas, se morrer alguém, como morrem todos os dias pessoas atingidas pela violência, sabemos que a obrigação pela segurança pública é do Governo do Estado; não podemos inferir que a segurança pública do Estado é um desastre total porque todos os dias morrem as pessoas. Tem questões que ocorrem, e quando você governa, você não governa resolvendo todos os problemas, você não tem uma varinha de condão. E quando se quer fazer, e vemos a Oposição fazendo permanentemente - a luta política com o Governador, que é legítima e o contraponto é sempre importante, sempre generalizado no sentido de que não há segurança pública e há segurança pública.

Talvez não seja suficiente. É o mesmo que morrer alguém por falta de UTI e nós falarmos que o culpado é o Governador. É esse raciocínio que acho que tem base na razão, e V. Exa. que já foi membro da Comissão de Orçamento, já foi prefeito de uma cidade e sabe que nem sempre quando você tem a disponibilidade orçamentária, você pode executar quando o ente federativo não tem certidão.

Então, o fato de termos recursos disponíveis na ordem de 60% e ainda é insuficiente, é claro que os problemas são crônicos. Assim como as soluções são históricas, também os problemas são.

O que quero ponderar com V. Exa. é isso. Não podemos inferir a partir de uma problema concreto, que toda a política pública é um desastre.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Não disse isso.

O Sr. André Vargas (PT)

Estou dizendo que não podemos escamotear a verdade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Nem V. Exa. tem esse direito!

O Sr. André Vargas (PT)

O Governo do Estado do Paraná e outros, quando o Tribunal de Contas da União disse que há recursos para obras paradas e não repassa, porque o Tribunal de Contas da União Federal tem que fiscalizar o Governo Federal,

assim como o Tribunal de Contas tem que fiscalizar o Estado e a Assembléia também.

O que eu estou dizendo, concretamente, é que há inúmeros estados em que o Estado está impedido de repassar recursos. O Paraná era um deles; até o mês passado, por conta da falta de prestação de contas.

De fato, a prestação de contas do Governo passado, de 2002, não é responsabilidade do Governo passado, e sim, deste Governo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Nós discutimos algumas questões a nível nacional, mas esta é uma questão estadual, muito particularmente. A base da nossa economia é muito voltada para a questão da pecuária e não podemos deixar de discutir essas questões. Não estamos só falando do gado de corte; estamos falando dos pequenos proprietários que hoje sobrevivem do rebanho leiteiro. É complicadíssimo. Famílias inteiras de regiões do Estado do Paraná sobrevivem de quatro, dez vacas leiteiras e que daqui a pouco, se não tiver o controle por parte do Governo, nós também estaremos impedindo que essas pessoas possam ter o seu sustento!

Então, por essa razão, a discussão é válida, é positiva. Não estamos escamoteando a verdade. O que não podemos é admitir dizer que é a direita, que é a esquerda, que é o centro, que é a lateral, que é a ponte e acaba não atribuindo responsabilidade a quem de direito. O fato é tão concreto que o Ministro Roberto Rodrigues tem a cabeça na guilhotina. Por quê? Porque fez a crítica pela falta de recursos que é patente, é evidente para todos. É a produção do superávit primário que mata toda a ação do Governo, no nascedouro!

Esta é uma das razões porque temos dificuldade enorme de ver os investimentos e ver o Governo Federal atuando. Por quê? Vai me dizer que faltam recursos no Orçamento para as estradas? Não faltam, não! Tem que produzir o ingrato do resultado primário, que eu tenho certeza que a Deputada Luciana Rafagnin não é favorável, que o Deputado Stica não é favorável a produzir um superávit primário perto de 5% do PIB. O Deputado Padre Paulo está dizendo que também não é.

Então, nós estamos aqui da mesma forma, Sr. Deputado, numa sequência em que os 148 ou os 157 bilhões que falou hoje pela manhã aqui o Deputado Greca de Macedo, que é a transferência do esforço nacional, é a transferência da renda nacional, da poupança nacional que está sendo carreada para Bancos e onde faltam recursos nas estradas, nas pontes, no combate às endemias. As endemias estão cada vez mais acentuadas e, inclusive, colocando em algumas áreas do nosso país, o risco. A leishmaniose hoje é grande. São impressionantes os dados que se tem sobre a tuberculose. É só começar a acompanhar e aí nós vamos verificar o fruto que produz o "danado" do resultado primário.

Com o aparte, Deputado.

O Sr. André Vargas (PT)

Eu gostaria de saber se V. Exa. é favorável ao calote na dívida, porque o superávit primário é para pagar a dívida contratada. Esse é um debate razoável que V. Exa. coloca. Interessante. Eu também sou favorável a não pagar nada de...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Se baixar o juro que é um absurdo, já economiza um “caminhão”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Um minuto para concluir, tanto para o aparte, quanto para V. Exa. que está na tribuna.

O Sr. André Vargas (PT)

Outra colocação: tuberculose e combate a endemias é responsabilidade da União e também do Estado. Se o Paraná aplicasse os 12% da Saúde, talvez tivéssemos um combate razoável.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

É uma discussão que pode ser feita. Não tem problema. O que nós precisamos fazer não é dar calote, mas ter firmeza na discussão em fóruns internacionais e não apenas postar-nos de bonzinhos sem capacidade de resolução com um problema grave que é a transferência de recursos do País para outras praças financeiras.

Muito obrigado.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, um pronunciamento do Líder da Oposição mesclado com uma Questão de Ordem, que quer fazer a V. Exa.

Sr. Presidente, no dia 26 de abril de 2005, solicitamos informações à Secretaria de Comunicação. No dia 24 de maio de 2005, solicitamos, através de um requerimento, informações da Secretaria de Comunicação. Foi aprovado por este Plenário. Nós recebemos a resposta, no dia 25 de maio de 2005, mas o Secretário não entendeu corretamente o nosso requerimento e respondeu apenas parte dele. Nós pedimos os gastos de comunicação de todas as Secretarias e das empresas, mas ele não entendeu no primeiro requerimento e mandou-nos a resposta.

Eu levantei aqui uma Questão de Ordem junto à Mesa, dizendo que o Secretário de Comunicação estava negando informações a este Parlamentar. Reiterei o pedido no dia 13 de junho de 2005. No dia 8 de agosto de 2005, quando terminou o prazo para serem encaminhadas as informações, nós levantamos novamente uma Questão

de Ordem, para que V. Exa. tomasse as providências. Lastimavelmente, Sr. Presidente, no dia 14 de setembro de 2005, cinco meses depois, o Secretário que tem dificuldades de interpretar o requerimento que nós fizemos, manda-nos informações apenas da Secretaria de Comunicação.

Sr. Presidente, a intenção deste Parlamentar é receber todas as informações dos gastos feitos em comunicação pelas empresas diretas e indiretas, para que possamos fazer uma prestação de contas à população paranaense. Se eu receber parte das informações, eu posso aqui cometer um equívoco nas minhas informações.

Inclusive, Sr. Presidente, as informações que o Secretário pede, para nós acessarmos o site da Secretaria de Comunicações, elas são desconstruídas e têm várias falhas. Então eu interpelo a V. Exa. e peço-lhe, porque o Secretário está incorrendo em crime de responsabilidade. Em assim sendo, ele tem que ser afastado. Por quê? Ele não cumpre o decreto do Governador no prazo de cinco dias!

Tudo bem se ele não quer cumprir o decreto do Governador, mas ele tem que cumprir a Constituição e está incorrendo em crime de responsabilidade!

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. Eu não tenho mais prazo. Acho que cinco meses foram suficientes para o Secretário ler e interpretar dois requerimentos, aprovados por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa. que eu tomarei as providências, como Presidente deste Poder, solicitando que o Secretário responda, em 48 horas, senão vai ser responsabilizado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É essa a questão. Eu gostaria que V. Exa. pedisse ao Secretário que nos informasse por escrito, as despesas em comunicação, porque o site não tem o número.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu vou solicitar ao Secretário, nobre deputado Valdir Rossoni, que responda integralmente o requerimento aprovado por este Plenário, a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não seria só de V. Exa., mas de qualquer parlamentar que deixasse de receber uma resposta de qualquer Secretário, que nós faríamos a mesma cobrança.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando que está filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a partir da presente data da fará parte Bancada do PMDB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorizatório para representar a Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da Expo Toledo a ser realizada no dia 10 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 057/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a estadualização da estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim, com aproximadamente 23 Km. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 058/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo que seja substituída a denominação do termo “Aluno” por “Educando”, em todos os registros e documentos do setor de Educação Estadual e dos municípios do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei, em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei, em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 067/2005, proposta de emendas constitucional, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2005, que altera dispositivos dos artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 e revoga os artigos 103 e 104 e o § 1º do artigo 107 da Constituição Estadual, bem como os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Tribunal de Justiça). PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO.

Em votação.

O item 01, por ser reforma à emenda Constitucional, de autoria do Poder Executivo, de acordo com o artigo 194, terá que ser votado nominalmente. Solicito à 1ª Secretaria que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

Aqueles que estão de acordo com o projeto de emenda constitucional votam SIM, os contrários NÃO.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas para esclarecer: esse é aquele projeto que faz a adaptação do TA para o TJ?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É o que faz a adaptação do Tribunal de Justiça com o Tribunal de Contas.

Temos já na Constituição Federal, não existe mais Tribunal de Alçada. E como já foi aprovado em 1ª discussão, nós passaremos à votação em 2ª discussão.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta e cinco Deputados votaram pela aprovação do projeto.

Aprovado.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Jesuítas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 270/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Jesuítas o imóvel urbano localizado na área P-6-B, da subdivisão da área P-6, no loteamento da cidade e município de Jesuítas, com área de 852,15m e benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, nos termos da Transcrição Protocolo nº 33.999, da Matrícula nº 8.583, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel e que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas, especificamente pelo Departamento de Educação, com a finalidade de construção de uma pré-escola.

§ 1º O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se sem efeito, a presente cessão.

§ 2º O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel, bem como pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 427/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe que os estabelecimentos industriais de produtos eletro-eletrônicos de telecomunicação e de informática, localizado no município de Foz do Iguaçu, receberão em relação ao ICMS tratamento tributário específico. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2005, de 29.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 03).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Loanda, de parte de imóvel situado naquele município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 474/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, a proceder ao patrimônio do município de Loanda, da parte abaixo descrita do imóvel urbano situado no Quadro Urbano do

município de Loanda, doado para a Fundação Educacional do Paraná - Fundepar, pela Lei Municipal nº 24/73 e registrado sob nº 10.758, de 14 de agosto de 1973, no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Loanda: "Lotes de nºs 05 e 06, com 784,00m, do referido imóvel, esquina da Rua Síria e Avenida Governador Munhoz da Rocha, no perímetro urbano do município de Loanda."

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a construção do prédio do Corpo de Bombeiros, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.10.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - OF. nº 482/2005, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), por força do exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ, EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Cultural Aprisco - Arca, com sede e foro no município de Sarandi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristo - Abec, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade

Pública a Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Grupo Esperança, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Queda do Iguaçu - ASQ, com sede e foro no município de Quedas do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2004, de 07.06.2004, em Projetos de Lei, pag. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/2004

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei, de iniciativa do ilustre Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

A responsabilidade, segundo a proposta, para dar destino ao referido material, após o seu esgotamento energético ou vida útil, caberá tanto ao fabricante como aos importadores ou revendedores, estabelecendo procedimentos a serem observados.

Voto do Relator e fundamentação

A proposição em questão está devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que é de competência estadual legislar sobre a proteção do meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, posto que o artigo 33 da Constituição Federal estabelece competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sobre a matéria.

Ademais, absolutamente oportuna a proposição sob exame, uma vez que instrumentaliza os órgãos estaduais na fiscalização dessa atividade, inclusive com fixação de penalidades para os infratores.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 233/2003, quanto à constitucionalidade,

legalidade e juridicidade, na forma da redação proposta.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 233/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

Fundamentação

Tal proposição já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência tem como iniciativa o incentivo para que empresas passem a reduzir o uso de substâncias tóxicas para evitar todo o processo de recolhimento de baterias e pilhas usadas.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005, em Projetos de Lei, pag. 25).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 433/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/778, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro no município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 17).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 456/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro no município de Rolândia, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/10/2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a entidade Trabalho Integrado de Menores - TIM, com sede e foro no município de Santa Helena. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 14)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 573/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Entidade Trabalho Integrado de Menores - TIM, com sede e foro no município de Santa Helena, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Agrícola à Criança e ao Adolescente Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 14)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 583/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Agrícola à Criança e ao Adolescente Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/10/2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no município de Jataizinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 16)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 588/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no município de Jataizinho.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva

geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 588/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho - Provo-par, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Governo do Estado a implantar o Programa de Conscientização e Educação no Trânsito e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 147/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 172/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 229/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a implantação do Programa de Conscientização e Educação no Trânsito, no Estado do Paraná, na forma e condições que estabelece.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Paraná, demonstrando a inconstitucionalidade da medida, porque trata de matéria de competência legislativa da União Federal (artigo 22 - XI da CF), e também, caso não houvesse tal inconstitucionalidade, por ser inexecutável, assim como está versada. Tal assertiva é devidamente detalhada no adiante transcrito parecer do Detran, cujos termos são por mim acolhidos como razões fundamentais do veto ora apostado:

“Trata o presente expediente de um encaminhamento do Gabinete, remetido pela Assembléia Legislativa, de Projeto de Lei nº 299/2005, o qual:

Autoriza o Governo do Estado a implantar o Programa de Conscientização e Educação de Trânsito no Estado.

Diz que o programa é específico para as autuações de equipamentos eletrônicos, radares, instituindo notificações e penas educativas.

Sendo a primeira de advertência, com correspondência e questionário. Na segunda penas educativas, como a assistir palestra. Multas somente na terceira infração. As despesas por conta do Detran-PR.

Como justificativa, diz da necessidade de se regulamentar o artigo 267, da Lei Federal nº 9503/97.

Com todo o respeito que merece o projeto, e diga-se de passagem, oportuno, bem lembrado, interessante a idéia de padronizar a aplicação do artigo 267 do CTB, no entanto encontra óbice na questão da constitucionalidade.

O que se pretende no caso é, através de uma lei estadual, regulamentar dispositivo de lei federal.

O que no caso para ter força normativa em todo o território nacional, deveria ser através de resolução do Contran.

E mais, ainda que fosse constitucionalmente possível o referido projeto, em tese, somente atingiria os veículos e condutores registrados no Paraná, para autuações lavradas pelo Detran-PR e DER-PR.

Não atingiria, portanto, o DPRF, em razão de competência e jurisdição ex vi, artigos 7º e 24 da Lei 9503/97, considerando que a maioria em frota e condutores já está municipalizado.

Exemplo: URBS-Diretran, para Curitiba; Foz-Trans, para Foz do Iguaçu; Conurb, para Londrina; CCTT, para Cascavel; Guaratran, para Guarapuava etc, não estarão obrigados a cumprir esta lei.

Por derradeiro, com o advento da municipalização com o CTB de 1997, o Detran-PR originariamente não mais aplica multas de radar, posto que passaram à competência municipal.

E as rodovias estaduais têm como órgão competente de trânsito, o DER/PR.

Pelo que, esta lei seria inócua perante o Detran-PR, porque não aplica multas deste tipo originariamente.

Ainda, não pode manter programa e pagar despesas para outros órgãos, por expressa vedação legal, a menos que tem tese por convênio mediante o devido processamento e autorização governamental.

Por fim, o Detran-PR, dentro do que dispõe a Lei Federal nº 9503/97 - CTB, assim como seus estatutos, Lei Estadual 7811/83 e Decreto Estadual 3382/84, que dispõem sobre a criação e funcionamento da autarquia, já prevêem ações para a educação de trânsito.

Lei Federal 9503/97 - CTB - artigos 74 a 79, resoluções do Contran 30/98 e 74/98, prevendo a forma e a fonte de custeio.

Assim como da legislação estadual, Lei 7811/83, artigo 3º e Decreto 3382/84, artigo 20, que dá as atribuições da Divisão de Educação de Trânsito.

Finalmente, volta a salientar, a idéia do projeto é boa, todavia a forma melhor de implantá-lo seria através de resolução do Contran como já asseverado, porque é matéria privativa da União. Sendo que o assunto, no geral inclusive, já se encontra regulamentado pelas competentes legislações infra-constitucionais.

As atribuições de todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito estão previstas na Lei Federal nº 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, em consonância com o artigo 22, inciso XI da Constituição Federal.

Assim, ao menos em tese, a legislação infra-constitucional que não emanada da União, no que se refere a trânsito e transporte, não tem eficácia posto que não oriunda do poder competente, logo, inconstitucional.

O que vale dizer, em tese, os estados não podem legislar em matéria de trânsito, a não ser em questões locais, não previstas nas esferas federais de maneira supletiva no próprio sentido da palavra, apenas para adequar ou complementar.

Cabendo à autoridade de trânsito local aplicar dentro do limite de sua competência e jurisdição."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para representar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 229/2005, encontra-se publicado no DA nº 033/2005, de 27/04/2005, em Projetos de Lei, pág. 13)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 229/2005
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 084/2005

O Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto autorizar o Executivo quanto à implantação do Programa de Conscientização e Educação no Trânsito. Reza a Constituição Estadual:

"Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, sancioná-lo-á.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...)"

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Como o veto está em condições de ser analisado, vamos colocar em votação. Consulto o Deputado autor do projeto, Deputado Luiz Carlos Martins: vai encaminhar ou posso colocar em votação?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, esta Casa já conhece o teor do projeto e já passou pelas comissões, já foi discutido. Gostaria de pedir aos nobres companheiros e companheiras que votassem a favor da educação no trânsito, que votassem derrubando o veto do Sr. Governador.

Com todo respeito ao Governador, votem NÃO!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada nominal para votação.

Solicito ao Deputado Augustinho Zucchi que assuma a Presidência por alguns minutos, por gentileza.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal para votação).

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero, em nome da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e Mercosul desta Casa, convidar a todos os Deputados que fazem parte desta comissão, para amanhã, a partir das nove horas, uma reunião de trabalho junto a uma comitiva que está vindo da Europa e que vai ser recepcionada pelo Presidente desta Casa, Hermas Brandão. E logo após a recepção do Presidente, teremos uma reunião de trabalho.

Então, quero convidar a todos os Parlamentares que fazem parte da Comissão da Agricultura para participar dessa reunião. Assim como da Comissão do Bloco Agropecuário. O Deputado Elton não está presente nesta Sessão, mas pediu que convocasse todos os membros do Bloco Agropecuário para que se fizessem presentes.

Também sei que deve participar dessa reunião a Comissão do Meio Ambiente, para amanhã a partir das nove horas, com essa comitiva que vem da Europa para discutir a produção, mas na verdade mais a comercialização da soja não transgênica, no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos Deputados Cesar Seleme, Reni Pereira e Miltinho Pupio para que procedam à contagem dos votos.

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.
Vinte e dois votos, NÃO. Doze, SIM.
Está mantido o veto. Rejeitado o projeto.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 050/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que indica ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a adoção de medidas no sentido da criação de varas especializadas em crimes de racismo e discriminação. **(Publ. em 04/10/2005). Aprovada.**

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 051/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, adoção das medidas necessárias no sentido da criação da Delegacia Especializada de crimes de Racismo e de Discriminação, em todas as regiões do Estado do Paraná. **(Publ. em 04/10/2005). Aprovada.**

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 052/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Veterinária no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **(Publ. em 05/10/2005). Aprovada.**

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 053/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do Curso de Arquitetura no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **(Publ. em 05/10/2005). Aprovada.**

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 054/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que sugere a obrigatoriedade da exibição de filme publicitário educativo, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes de cada sessão principal, em todos os cinemas do Estado do Paraná. **(Publ. em 05/10/2005). Aprovada.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa Requerimento nº 3080, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3084 a 3085, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3086, 3091, 3122, 3175 e 3180,

de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3088, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3089, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3090, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3092 a 3095, 3100 a 3103, 3154 a 3159, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3096 a 3098, 3105 a 3107, 3142 e 3144, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3108, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3110 e 3111, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3112 a 3115 e 3145, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3116 a 3121, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3123, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3126, de autoria do Sr. Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3127, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3130, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3131 e 3132, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3133 e 3165, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3136, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3138 a 3141, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3148, 3149 e 3181, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3160, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3161, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3162 e 3163, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3166 e 3172, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3173, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3174, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, com apoio dos Srs. Deputados Ratinho Júnior, Barbosa Neto e da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3177, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3178, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233/2004; 433, 456, 573, 583 e 588/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 054, 069 e 092/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 056/2005.

Agradecemos imensamente a presença dos Srs. Deputados, da Deputada Elza que sempre se mantém em plenário até o final da Sessão.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos Scarpellini relatou o Projeto de Lei nº 477/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou o Projeto de Lei nº 507/2005 e o Deputado Nelson Justus os Projetos de Lei nºs 367/2005 e 447/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da

reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou os Projetos de Lei nºs 373, 470, 502, 504/2005 e o Projeto de Resolução nº 013/2005. E o Deputado Elton Carlos Welter apresentou os Projetos de Lei nº 244/2005 e 269/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 212 e 268/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 270, 427 e 474/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Elton Welter, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Ratinho Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 118/05 de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 01/72 – Conselho de contribuintes e recursos fiscais. Parecer do Deputado Ailton Araújo pela conversão da matéria em diligência junto ao Governo do Estado – Deferida pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 136/05 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni - Dispõe sobre a criação do programa estadual de saúde preventiva para doenças profissionais típicas de professoras e professores da rede pública estadual de educação. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães – Aprovado; 03) Projeto de Lei nº 184/05 de autoria do Deputado Pedro Ivo - Autoriza o Poder Executivo a receber imóvel no Município de Cantagalo através de doação do Incra. Parecer favorável do Deputado Elton Welter, na forma da emenda anexa – Aprovado; 04) Projeto de Lei nº 194/05 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin - Determina a rotulagem de produtos transgênicos no Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Elton Welter, na forma da emenda anexa – Aprovado; 05) Projeto de Lei nº 203/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais no Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior – Aprovado; 06) Projeto de Lei nº 220/05 de autoria Deputado Miltinho Puppio - Determina o horário das 09:00 às 18:00 horas aos bancos para atendimento ao público. O Deputado Ratinho Júnior solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 223/05 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni - Dispõe sobre a criação do programa estadual de saúde vocal preventiva para professores da rede pública estadual de educação. Parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior – Aprovado, com abstenção de voto do Deputado Elton Welter; 08) Projeto de Lei nº 227/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Dispõe o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. Parecer favorável do Deputado Ailton Araújo – Apro-

vado; 09) Projeto de Lei nº 237/05 de autoria do Deputado Tadeu Veneri - Dispõe sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto. O Deputado Ratinho Júnior solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 262/05 de autoria do Poder Executivo - Objetiva criar cargos de provimento em comissão na Suderhsa. Parecer favorável do Deputado Elton Welter, na forma da emenda anexa – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Plauto Miró Guimarães e Reni Pereira; 11) Projeto de Lei nº 264/05 de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 12.975/00 – Oficiais femininas da Polícia Militar. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães – Aprovado; 12) Projeto de Lei nº 284/05 de autoria do Poder Executivo - Autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóvel da Fundepar. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 13) Projeto de Lei nº 268/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças “desmanches”. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda do Deputado Elton Welter, acolhida pelo Relator – Aprovado; 14) Projeto de Lei nº 89/05 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo - Declara de utilidade pública o Centro de Transformação Social Vida Nova, com sede e foro no Município de Curitiba. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. 15) Projeto de Lei nº 131/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste - Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha do Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
07ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de

Lei nº 147/05 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Dispõe sobre o critério de distribuição de imóveis sociais. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado; 02) Projeto de Lei nº 231/05 de autoria do Deputado Padre Paulo - Assegura cotas nas universidades públicas estaduais aos assentados do MST. Parecer contrário do Deputado Ailton Araújo – Aprovado; 03) Projeto de Lei nº 259/05 de autoria do Deputado Tadeu Veneri - Obriga o Estado do Paraná a destinar recursos do ICMS para o fundo estadual de cultura. Parecer contrário do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Reni Pereira – Aprovado; 04) Projeto de Lei nº 260/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini - Altera dispositivos da Lei nº 13.400/01 – Instituições bancárias, financeiras, de crédito e supermercados. O Deputado Hermes Fonseca solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 272/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Dispõe sobre as medidas administrativas e penais decorrentes dos atos de vandalismo praticados por pichadores. Parecer contrário do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Reni Pereira – Aprovado; 06) Projeto de Lei nº 293/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti - Dispõe sobre o programa de apoio às pessoas com psoríase. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus – Aprovado, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira; 07) Projeto de Lei nº 340/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e Projeto de Lei nº 349/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Proíbe a entrada de menores de 16 anos em “lan houses”, “cyber-cafés” ou similares que comercializam acesso à internet por tempo, no âmbito do Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; 08) Projeto de Lei nº 227/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Dispõe o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica e Projeto de Lei nº 345/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Institui o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. Parecer favorável do Deputado Ailton Araújo – Aprovado; 09) Projeto de Lei nº 303/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Dispõe sobre a utilização de publicidade por empresas privadas que efetuam a reforma de bens públicos móveis, imóveis e obras públicas. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus, na forma da emenda anexa – Aprovado; 10) Projeto de Lei nº 242/05 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 103/04 – Auxílio transporte aos professores. Parecer contrário do Deputado Nelson Justus – Aprovado, com abstenção do Deputado Hermes Fonseca; 11) Projeto de Lei nº 308/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão - Prorroga prazo de recebimento de requerimento da Lei nº 11.255/95 – Indenização às pessoas detidas por participação em atividade política. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; 12) Projeto de Lei nº 314/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Autoriza o Poder Execu-

tivo implantar uma balsa no rio Tibagi, entre os Municípios de Londrina e Assaí. Parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior – Aprovado, com voto contra-rio do Deputado Hermes Fonseca; 13) Projeto de Lei nº 316/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de um site na internet para consulta a processos de recursos de multas por infrações de trânsito. Parecer contrário do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; 14) Projeto de Lei nº 330/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Obriga as empresas de informações reservadas ou confidenciais, escritórios de detetives particulares autônomos a se cadastrarem perante o poder público. Parecer favorável do Deputado Ailton Araújo – Aprovado; 15) Projeto de Lei nº 364/05 de autoria do Deputado Cesar Seleme - Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de alfabetização de adultos do Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; 16) Projeto de lei nº 371/05 de autoria do Deputado Ratinho Júnior - Concede título de cidadão benemérito ao senhor Antonio Maciel Neto. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus– Aprovado; 17) Projeto de Lei nº 378/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer - Cria o conselho estadual de combate aos crimes cometidos pela rede mundial de computadores no Paraná. Parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior – Aprovado; 18) Projeto de Lei nº 385/05 de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14.277/03 – Código de divisão e divisão judiciárias do Estado do Paraná. Os Deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; 19) Proposição Veto nº 51/05 de autoria do Poder Executivo – Veta o Projeto de Lei nº 25/05 de autoria do Deputado Rafael Greca que dispõe sobre a gratuidade da emissão da certidão de antecedentes criminais. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ademar Traiano, lido pelo Deputado José Maria Ferreira – Aprovado; 20) Proposição Veto nº 52/05 de autoria do Poder Executivo – Veta o Projeto de Lei nº 09/04 de autoria do Deputado Jocelito Canto que institui o fundo de preservação do Parque Estadual de Vila Velha. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Ailton Araújo– Aprovado; 21) Proposição Veto nº 53/05 de autoria do Poder Executivo – Veta o Projeto de Lei nº 723/03 de autoria do Deputado Francisco Bürer que dispõe sobre a proibição da interrupção da energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Paraná. Parecer favorável ao encaminhamento à Plenário, do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral e com a presença dos senhores Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em votação – Aprovada, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Retificando a ata da 7ª reunião extraordinária, do dia 03.08.05, onde deveria conter o item nº 22) Projeto de Lei nº 137/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes – Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público no Estado do Paraná. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 137/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público no Estado do Paraná. Parecer contrário do Deputado Ratinho Júnior – Aprovado; 02) Projeto de Lei nº 320/05 de autoria do Deputado Ratinho Júnior - Dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. Parecer favorável do Deputado Delegado Bradock– Aprovado; 03) Projeto de Lei nº 158/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês - Obriga os supermercados e estabelecimentos afins a divulgar com destaque a data de vencimentos da validade dos produtos das promoções especiais. Parecer contrário do Deputado Hermes Fonseca – Aprovado; 04) Projeto de lei nº 292/05 de autoria do Deputado Geraldo Cartário - Altera legislações específicas que tratam da exclusividade de função na polícia civil e militar. Os Deputados Delegado Bradock e José Maria Ferreira solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 301/05 de autoria da Deputada Arlete Caramês - Cria o programa vida nova mulher mastectomizada. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins – Aprovado, com abstenção de voto do Deputado Hermes Fonseca; 06) Projeto de Lei nº 315/05 de autoria do Deputado Delegado Bradock - Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio em rodovias estaduais, para veículos automotores de propriedade de pessoas portadoras de deficiência ou de responsáveis legais e Projeto de Lei nº 344/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio para veículos automotores de propriedade de pessoas portadoras de

deficiência física e crônica em rodovias estaduais, ambos anexos. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 348/05 de autoria do Deputado Nereu Moura - Autoriza o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho de estrada que liga o Município de Nova Aurora à Rodovia PR-108. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 08) Decreto Legislativo nº 03/05 de autoria do Deputado Élio Rusch - Sustenta os efeitos do Decreto nº 3.320/04 – Reserva florestal. Os Deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca solicitam vistas – Concedidas pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 346/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Autoriza a utilização de placa especial em veículos de propriedade de deficientes físicos. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto – Aprovado; 10) Projeto de Lei nº 253/05 de autoria do Deputado Waldir Leite - Altera dispositivos da Lei Estadual 14.424/04 – Carteira de identidade para matrícula na rede estadual de ensino. Parecer favorável do Deputado Reni Pereira – Aprovado; 11) Projeto de Lei nº 177/04 de autoria do Deputado Ademir Bier - Dá denominação ao terminal de transporte coletivo em Almirante Tamandaré. Parecer contrário do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Duílio Genari – Aprovado; 12) Projeto de Lei nº 329/05 de autoria do Deputado Nereu Moura - Dispõe sobre as atividades das empresas de asseio e conservação no Paraná. Parecer do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Duílio Genari – Aprovado parecer pela inconstitucionalidade do projeto; 13) Projeto de Lei nº 353/05 de autoria do Deputado Ratinho Júnior – Propõe a implantação de programa de identificação precoce da deficiência auditiva por metodologia objetiva. O Deputado Reni Pereira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 355/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer – Proíbe a venda de álcool líquido 96° GL no Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Delegado Bradock – Aprovado, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira e abstenção do Deputado Hermes Fonseca; 15) Projeto de Lei nº 367/05 de autoria do Poder Executivo - Objetiva criar o Instituto de regularização fundiária, agrária e de geociência, sob vinculação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Parecer favorável do Deputado Barbosa Neto, na forma da emenda anexa – Aprovado; 16) Projeto de Lei nº 401/05 de autoria do Deputado Mauro Moraes - Ficam franqueados todos os pedágios em dias de eleições. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas – Concedidas pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 420/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer - Institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda substitutiva anexa – Aprovado; 18) Projeto de Lei nº 428/05 de autoria do Poder Executivo – Autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao Município de Paraíso do Norte. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca - Aprovado; 19) Pro-

jeto de Lei nº 429/05 de autoria do Poder Executivo – Objetiva o Poder Executivo a proceder doação de área rural ao Município de Catanduvas. Parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca - Aprovado; 20) Projeto de Lei nº 446/05 de autoria do Poder Executivo – Trata da reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná. O Deputado Delegado Bradock, Relator, solicita conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração – Deferida pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 389/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste - Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar curso de Assistência Social na Uniãoeste - Campus de Foz do Iguaçu. Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Aprovado, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 22) Projeto de Lei nº 390/05 de autoria do Deputado Chico Noroeste - Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar curso de Fisioterapia na Uniãoeste - Campus de Foz do Iguaçu. Parecer contrário do Deputado Barbosa Neto – Aprovado, com abstenção de voto do Deputado Reni Pereira; 23) Projeto de Lei nº 15/05 de autoria do Deputado Natálio Stica - Declara de utilidade pública a Associação dos Ferroviários de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 24) Projeto de Lei nº 180/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão - Declara de utilidade pública a APMI de Coronel Domingos Soares, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 25) Projeto de Lei nº 247/05 de autoria do Deputado André Vargas - Declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários do Iapar, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 26) Projeto de Lei nº 299/05 de autoria do Deputado Nelson Garcia - Declara de utilidade pública a Associação dos Coletores e Selecionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos, com sede e foro no Município de Matinhos. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 27) Projeto de Lei nº 321/05 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi - Declara de utilidade pública a Associação de Promoção da Saúde do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Chopinzinho. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 28) Projeto de Lei nº 331/05 de autoria do Deputado Padre Paulo - Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos, com sede e foro no Município de Araucária. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari à emenda de Plenário – Aprovado; 29) Projeto de Lei nº 338/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão - Declara de utilidade pública a Associação Guarapuavana de Apoio ao Tóxico e Alcolátrico, com sede e foro no Município de Guarapuava. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 30) Projeto de Lei nº 351/05 de autoria do Deputado Natálio Stica - Declara de utilidade pública a APAE de Agudos do Sul, com sede e foro no

Município de Agudos do Sul. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 31) Projeto de Lei nº 370/05 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini - Declara de utilidade pública a APAE de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 32) Projeto de Lei nº 386/05 de autoria do Deputado André Vargas - Declara de utilidade pública o Grupo de Evangelização Deus Vive, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 33) Projeto de Lei nº 394/05 de autoria do Deputado Ademir Bier - Declara de utilidade pública o Provopar de Mercedes, com sede no Município de Mercedes e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 34) Projeto de Lei nº 400/05 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva - Declara de utilidade pública o Projeto Instituto Katana de Preservação a Natureza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 35) Projeto de Lei nº 410/05 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Declara de utilidade pública a Associação de Assistência ao Deficiente Físico Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Apro-

vado; 36) Projeto de Lei nº 416/05 de autoria do Deputado Ademir Bier - Declara de utilidade pública a Associação de Massoterapeutas do Brasil, com sede e foro no Município de Curitiba. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 37) Projeto de Lei nº 417/05 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Declara de utilidade pública a Associação Antonio e Marcos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 38) Projeto de Lei nº 424/05 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin - Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Anawim, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado; 39) Projeto de Lei nº 425/05 de autoria da Deputada Cida Borghetti - Declara de utilidade pública a APAE de Itaguagé, com sede no Município de Itaguagé e foro no Município de Colorado. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari – Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

